



Especialização em  
Auditoria e Controle Interno

# Análise dos Balanços Públicos

Hyane Correia Forte  
Larissa Karoline Souza Silva  
Joelma Leite Castelo



Especialização  
em Auditoria e  
Controle Interno



Especialização  
em Contabilidade  
Pública



Especialização  
em Controladoria  
Pública



Especialização  
em Gestão Pública



Especialização  
em Gestão  
Pública Municipal



Especialização em  
Alfabetização e  
Multiletramento



Especialização em  
Tecnologias Digitais  
na Educação Básica



Especialização  
em EaD



Especialização  
em Gestão  
Pedagógica



Especialização  
em Língua  
Inglês



Especialização  
em Educação Física  
na Educação Básica



Especialização  
em  
Audiodescrição



Especialização  
em Legendagem



Especialização  
em Artes





## Especialização em Auditoria e Controle Interno

# Análise dos Balanços Públicos

Hyane Correia Forte  
Larissa Karoline Souza Silva  
Joelma Leite Castelo

Fortaleza



2024



Especialização  
em Auditoria e  
Controle Interno



Especialização  
em Contabilidade  
Pública



Especialização  
em Controladoria  
Pública



Especialização  
em Gestão Pública



Especialização  
em Gestão  
Pública Municipal



Especialização em  
Alfabetização e  
Multiletramento



Especialização em  
Tecnologias Digitais  
na Educação Básica



Especialização  
em EaD



Especialização  
em Gestão  
Pedagógica



Especialização  
em Língua  
Inglêsa



Especialização  
em Educação Física  
na Educação Básica



Especialização  
em  
Audiodescrição



Especialização  
em Legendagem



Especialização  
em Artes

## Análise dos Balanços Públicos

©2024 Copyright by Autores/Organizadores

O conteúdo deste livro, bem como os dados usados e sua fidedignidade, são de responsabilidade exclusiva do autor. O download e o compartilhamento da obra são autorizados desde que sejam atribuídos créditos ao autor. Além disso, é vedada a alteração de qualquer forma e/ou utilizá-la para fins comerciais.

### Presidenta da República

Luiz Inácio Lula da Silva

### Ministro da Educação

Camilo Sobreira de Santana

### Presidente da CAPES

Denise Pires de Carvalho

### Diretor de Educação a Distância da CAPES

Suzana dos Santos Gomes

### Governador do Estado do Ceará

Elmano de Freitas da Costa

### Reitor da Universidade Estadual do Ceará

Hidelbrando dos Santos Soares

### Vice-Reitor

Dárcio Italo Alves Teixeira

### Pró-Reitora de Pós-Graduação

Ana Paula Ribeiro Rodrigues

### Coordenador da SATE e UAB/UECE

Francisco Fábio Castelo Branco

### Coordenadora Adjunta UAB/UECE

Eloísa Maia Vidal

### Direção do CESA

José Joaquim Neto Cisne

### Editora da EdUECE

Cleudene de Oliveira Aragão

### Coordenação Editorial

Eloísa Maia Vidal

### Assistente Editorial

Nayana Pessoa

### Projeto Gráfico e Capa

Roberto Santos

### Revisão Textual

Eleonora Lucas

### Diagramador

Francisco Saraiva

### Conselho Editorial

Ana Carolina Costa Pereira

Ana Cristina de Moraes

André Lima Sousa

Antonio Rodrigues Ferreira Junior

Daniele Alves Ferreira

Erasmus Miessa Ruiz

Fagner Cavalcante Patrocínio dos Santos

Germana Costa Paixão

Heraldo Simões Ferreira

Jamili Silva Fialho

Lia Pinheiro Barbosa

Maria do Socorro Pinheiro

Paula Bittencourt Vago

Paula Fabricia Brandão Aguiar Mesquita

Sandra Maria Gadelha de Carvalho

Sarah Maria Forte Diogo

Vicente Thiago Freire Brazil

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Forte, Hyane Correia

Análise dos balanços públicos [livro eletrônico] /  
Hyane Correia Forte, Larissa Karoline Souza Silva,  
Joelma Leite Castelo. -- Fortaleza, CE : Editora da  
UECE, 2025.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-85-7826-918-0

1. Balanço financeiro 2. Contabilidade  
3. Finanças públicas 4. Gestão pública I. Silva,  
Larissa Karoline Souza. II. Castelo, Joelma Leite.  
III. Título.

25-277574

CDU-34:336

### Índices para catálogo sistemático:

1. Finanças públicas 34:336

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE

Todos os direitos reservados

Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE

Av. Dr. Silas Munguba, 1700 – Campus Itaperi – Reitoria – Fortaleza – Ceará

CEP: 60714-903 – Tel: (085) 3101-9893

www.uece.br/eduece – E-mail: eduece@uece.br

Editora filiada à



# Sumário

<b>Apresentação .....</b>	<b>7</b>
<b>Capítulo 1 - A contabilidade aplicada ao setor público (CASP) e a análise das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (DCASP) .....</b>	<b>9</b>
1. Objetivo, evolução e importância da CASP .....	12
2. Propósito das DCASP .....	14
3. Estrutura e composição das DCASP .....	17
4. Análise das DCASP .....	18
<b>Capítulo 2 - O balanço orçamentário e seus indicadores de análise ....</b>	<b>25</b>
1. Propósito do Balanço Orçamentário .....	27
2. Análise do Balanço Orçamentário por meio de indicadores/quocientes .....	33
<b>Capítulo 3 - O balanço financeiro e seus indicadores de análise .....</b>	<b>45</b>
1. Propósito do Balanço Financeiro .....	48
2. Estrutura e análise do Balanço Financeiro .....	48
<b>Capítulo 4 - O balanço patrimonial e seus indicadores de análise .....</b>	<b>57</b>
1. Propósito do Balanço Patrimonial .....	60
2. Estrutura e análise do Balanço Patrimonial .....	60
<b>Capítulo 5 - A demonstração das variações patrimoniais e seus indicadores de análise .....</b>	<b>73</b>
1. Propósito da Demonstração das Variações Patrimoniais .....	75
2. Estrutura e análise da Demonstração das Variações Patrimoniais .....	76
<b>Capítulo 6 - A demonstração dos fluxos de caixa e seus indicadores de análise .....</b>	<b>83</b>
1. Propósito e estrutura da Demonstração do Fluxo de Caixa .....	86
2. Análise da Demonstração do Fluxo de Caixa .....	90

<b>Capítulo 7 - A demonstração das mutações do patrimônio líquido e seus indicadores de análise.....</b>	<b>95</b>
1. Propósito da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	97
2. Estrutura e análise da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido .....	98
<b>Capítulo 8 - Notas explicativas e relatórios de análise .....</b>	<b>105</b>
1. Notas Explicativas .....	107
2. Relatório de Análises.....	109
<b>Sobra as autoras .....</b>	<b>113</b>

# Apresentação

Caro(a) estudante,

Iniciaremos nossos estudos, neste material didático, refletindo sobre a importância da evolução da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP). Abordaremos a influência do processo de padronização da CASP na elaboração das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), destacando como essa padronização garante a comparabilidade das demonstrações tanto com períodos anteriores da mesma entidade quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades públicas. Nessa perspectiva, discutiremos a relevância da análise das DCASP para promover a transparência, a prestação de contas e a responsabilização na gestão pública.

Para aprimorar a análise das DCASP, abordaremos com maior profundidade os objetivos e as estruturas de todas as demonstrações que compõem a DCASP: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas. Com isso, será possível obter uma compreensão mais detalhada das análises que podem ser realizadas em cada uma dessas demonstrações. Cada índice/indicador específico de cada demonstração será devidamente interpretado, proporcionando uma avaliação mais precisa e informada sobre a execução orçamentária, solvência, capacidade de pagamento, capacidade de gerar resultado operacional, entre outros, dos órgãos e entidades do setor público.

Ao final deste estudo, você também explorará a estruturação de um Relatório de Análise das DCASP, elaborado com base nos indicadores e interpretações relevantes aos objetivos da gestão pública.

Desejamos bons estudos e sucesso!

As autoras



# Capítulo

# 1

**A contabilidade aplicada ao setor público (CASP) e a análise das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (DCASP)**



## Objetivos

- Identificar a relevância da evolução da Contabilidade Aplicada ao Setor Público ao longo do tempo;
- Descrever os objetivos das Demonstrações Aplicadas ao Setor Público e sua importância na transparência e prestação de contas;
- Identificar a importância da análise das Demonstrações Aplicadas ao Setor Público para o processo de tomada de decisão dos órgãos e entidades do setor público;
- Examinar a composição e evolução das contas e grupos contábeis por meio da análise horizontal e análise vertical.

## Introdução

Neste capítulo, abordaremos o objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) e a importância de sua evolução para a gestão pública. Discutiremos o processo de convergência ao padrão das *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS) e o processo de padronização das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP). Serão analisadas a obrigatoriedade de divulgação das demonstrações conforme a Lei nº 4.320/1964, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 16.6 (NBC T 16.6), revogada a partir de 1º de janeiro de 2019, e as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP). Além de serem apresentadas as informações básicas que devem ser contempladas por essas demonstrações.

Nessa perspectiva, será possível identificar a relevância da análise das DCASP para promover a transparência, a prestação de contas e a responsabilização na gestão pública. Assim, serão conceituadas as técnicas básicas de análise, sendo as análises horizontal e vertical, que auxiliam no exame da composição e da evolução das contas e dos grupos contábeis.

## 1. Objetivo, evolução e importância da CASP

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) é um ramo da ciência contábil que desempenha papel fundamental na gestão das entidades do setor público, sendo esse o seu campo de aplicação. Sua prática correta é fundamental para fornecer suporte decisivo aos órgãos públicos no processo de tomada de decisão, com o objetivo de assegurar a aplicação e gestão eficaz dos recursos públicos.

A contabilidade pública no Brasil tem passado por constante evolução, visando estabelecer novas diretrizes para acompanhar o crescimento econômico do país (Ligabue, 2010). Nessa perspectiva, pode-se considerar como primeiro marco histórico da contabilidade pública no Brasil a aprovação da Lei nº 4.320/1964. Essa referida legislação instituiu diretrizes básicas sobre a contabilidade pública, as quais auxiliam os entes federados no processo de elaboração e controle dos orçamentos e balanços públicos (Castro, 2014). Assim, o orçamento público passou a ter destaque no Brasil (Secretaria do Tesouro Nacional, 2023).

Em 2000, foi aprovada a Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a qual “estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal [...]” (Brasil, 2000). A LRF representa mais um marco significativo na contabilidade pública no Brasil, com objetivo de promover o equilíbrio das finanças públicas, ampliar a transparência e fortalecer os mecanismos de controle fiscal, visando, assim, a prevenção e combate à corrupção (Secretaria do Tesouro Nacional, 2023).

No início do século XXI, em 2008, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) promulgou as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCs T), visando alinhar-se às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Essas normas, as NBCs T, numeradas de 16.1 a 16.11, abordavam uma ampla gama de temas, como as transações no setor público, a elaboração e consolidação das demonstrações contábeis, o controle interno, o sistema de custos, entre outros aspectos relevantes para a contabilidade aplicada ao setor público. No entanto, elas passaram por revogação, sendo substituídas pelas NBC TSP (Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público), convergindo ao padrão *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS). Essa mudança tem contribuído significativamente para o fortalecimento do controle e monitoramento das finanças públicas no Brasil.

Em consonância com o processo de convergência da contabilidade pública aos padrões internacionais, em 2008, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em conjunto com a Secretaria do Orçamento Federal (SOF), elaborou

o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), cuja primeira edição foi implementada em 2009. O MCASP objetiva orientar as entidades do setor público quanto aos procedimentos contábeis necessários para a elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), assim como as normas de registro e evidenciação das operações contábeis. Além disso, aborda aspectos relativos ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (Secretaria do Tesouro Nacional, 2023). Ele passa por atualizações periódicas, visando refletir alterações na legislação, nas NBC TSP, e as melhores práticas na contabilidade aplicada ao setor público. Em janeiro de 2024, entrou em vigor as alterações apresentadas pela 10ª edição do MCASP (Confederação Nacional de Municípios, 2023).

Nesse contexto, observa-se que a Contabilidade Aplicada ao Setor Público emprega em seu processo gerador de informações os Princípios de Contabilidade e as normas contábeis da área para o controle do patrimônio das entidades públicas (Conselho Federal de Contabilidade, 2008a). O objeto de estudo da CASP é o patrimônio público. Assim, seu propósito é fornecer informações abrangentes aos usuários sobre os resultados alcançados e os diversos aspectos relacionados ao patrimônio da entidade do setor público, incluindo aspectos orçamentários, econômicos, financeiros e físicos (Conselho Federal de Contabilidade, 2008a). Essas informações são importantes para auxiliar o gestor no processo de tomada de decisão, para a garantia da prestação de contas adequada e para o fortalecimento do controle social.

A incorporação da CASP como uma ferramenta de gestão pode viabilizar a capacidade do setor público de tomar decisões assertivas, embasadas nas informações produzidas por meio dela. Ao fornecer informações precisas sobre as finanças e recursos disponíveis, a contabilidade aplicada ao setor público permite ao gestor público tomar decisões estratégicas quanto à distribuição dos recursos e a implantação de políticas públicas de forma eficaz e eficiente. Além disso, a CASP é considerada uma importante ferramenta para a instrumentalização do controle social (Conselho Federal de Contabilidade, 2008a). Com a transparência e a prestação de contas (*accountability*), a CASP possibilita que os cidadãos tenham acesso às informações sobre a gestão dos recursos públicos, sendo estas compreensíveis e úteis para que a sociedade seja capaz de avaliar as atividades e decisões dos órgãos governamentais (Conselho Federal de Contabilidade, 2008a). Isso contribui para o aumento da responsabilidade dos gestores quanto às decisões tomadas, e para o fomento de uma gestão dos recursos públicos mais transparente e democrática.

A CASP garante, ainda, a consistência e a padronização das informações contábeis das entidades do setor público. Essa padronização faz com

que a contabilidade dos diferentes órgãos governamentais seja elaborada seguindo os mesmos princípios e normas, facilitando o processo de tomada de decisão. Além disso, a padronização da contabilidade aplicada ao setor público promove a transparência e a prestação de contas (*accountability*), contribuindo para uma melhor governança e para o uso eficiente dos recursos públicos (Molter, 2021). Para garantir esse tratamento contábil padronizado, tornou-se imprescindível a elaboração do PCASP, que não só auxilia no registro dos procedimentos contábeis conforme estabelecido pelas normas internacionais, mas também facilita o processo de consolidação das contas nacionais (Secretaria do Tesouro Nacional, 2023).

Destaca-se que a padronização abrange também as Demonstrações Contábeis do Setor Público (DCASP). Para isso, o Conselho Federal de Contabilidade (2018a) estabelece os requisitos e as diretrizes que devem ser seguidos para a elaboração e apresentação da DCASP, para que assim seja garantida a comparabilidade das demonstrações com períodos anteriores, quanto da mesma entidade, ou até mesmo com as demonstrações contábeis de outras entidades públicas. Nesse sentido, observa-se a importância da CASP quanto ao processo de padronização, que, conseqüentemente, viabiliza o processo de tomada de decisão dos gestores, promove a transparência e a prestação de contas, e auxilia a sociedade no processo de fiscalização das atividades governamentais. Por meio de suas normas e diretrizes, a CASP orienta os gestores quanto à utilização dos recursos públicos, ao mesmo tempo em que facilita a fiscalização das ações e uso de recursos realizados pelos órgãos governamentais.

## 2. Propósito das DCASP

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), conhecidas também como Demonstrações Contábeis de Propósito Geral, desempenham um papel crucial na satisfação das necessidades informacionais de diversos usuários, como gestores, governo, mídia, sociedade, entre outros (Secretaria do Tesouro Nacional, 2023). Brasil (1964), em seu Capítulo IV, que vai do artigo 101 ao 106, estabelece as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. Em seu artigo 101, determina que os resultados do exercício devem ser apresentados em quatro demonstrações: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais.

O Conselho Federal de Contabilidade (2008b), além das demonstrações exigidas pela Lei nº 4.320/64, adicionou a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração do Resultado Econômico. Posteriormente, a Portaria 749/STN, de 2009, introduziu os anexos nº 18, que aborda a Demonstração dos Fluxos de Caixa, e nº 20, que trata da Demonstração do Resultado Econômico, à Lei nº 4.320/64. Além disso, a mesma Portaria 749/STN, de 2009, inclui uma nova demonstração nos anexos da Lei nº 4.320/64, a Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido, presente no anexo nº 19.

Em 2013, a Resolução CFC nº 1.437/13, excluiu a Demonstração do Resultado Econômico da NBC T 16.6 de 2008, e a incluiu na NBC T 16.11 de 2011, sendo definida como um relatório gerencial, cuja elaboração está interligada ao subsistema de custos. Além disso, essa mesma resolução incluiu as Notas Explicativas como parte integrante das DCASP.

A atual norma que trata sobre as DCASP, sendo ela a NBC TSP 11, apesar de não trazer em seu elenco de demonstrações o Balanço Financeiro, torna-o obrigatório, uma vez que é exigido pela Lei nº 4.320/64, conforme artigo 101. Nessa perspectiva, apresenta-se o seguinte esquema:

Quadro 1

<b>Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público</b>		
<b>Lei nº 4.320/64</b>	<b>NBC T 16.6 (revogada pela NBC TSP 11)</b>	<b>NBC TSP 11</b>
• Balanço Patrimonial (art. 101)	• Balanço Patrimonial	• Balanço Patrimonial
• Balanço Orçamentário (art. 101)	• Balanço Orçamentário	• Balanço Orçamentário
• Balanço Financeiro (art. 101)	• Balanço Financeiro	-
• Demonstração das Variações Patrimoniais (art. 101)	• Demonstração das Variações Patrimoniais	• Demonstração das Variações Patrimoniais
• Demonstração dos Fluxos de Caixa (anexo 18)	• Demonstração dos Fluxos de Caixa	• Demonstração dos Fluxos de Caixa
• Demonstração do Resultado do Exercício (anexo 20)	• Demonstração do Resultado do Exercício (excluída pela Resolução CFC nº 1.437/13)	-
• Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (anexo 19)	• Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	• Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
-	• Notas Explicativas	• Notas Explicativas

Fonte: Elaborado pelos autores.

Considerando as disposições legais e normativas pertinentes na NBC TSP 11, de 2018, as Demonstrações Aplicadas ao Setor Público são:

1. Balanço Orçamentário;
2. Balanço Financeiro;
3. Balanço Patrimonial;
4. Demonstração das Variações Patrimoniais;
5. Demonstração dos Fluxos de Caixa;
6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
7. Notas Explicativas;
8. Informações comparativas com o período anterior.

As Demonstrações Aplicadas ao Setor Público fornecem uma visão clara da situação orçamentária, econômico-financeira e das variações do patrimônio público, sendo ferramentas essenciais para promover a transparência e a prestação de contas. Além disso, desempenham um papel fundamental no processo de tomada de decisão e na capacitação do controle social (Bezerra Filho, 2021).

Diante desse contexto, o Conselho Federal de Contabilidade (2018a, p. 3), em seu item 15, prescreve que as DCASP devem fornecer informações:

- a) sobre as fontes, as alocações e os usos de recursos financeiros;
- b) sobre como a entidade financiou suas atividades e como supriu suas necessidades de caixa;
- c) úteis na avaliação da capacidade de a entidade financiar suas atividades e cumprir com suas obrigações e compromissos;
- d) sobre a condição financeira da entidade e suas alterações; e
- e) agregadas e úteis para a avaliação do desempenho da entidade em termos dos custos dos serviços, eficiência e cumprimento dos seus objetivos.

As DCASP têm a capacidade de exercer um papel preditivo e prospectivo, pois são capazes de oferecer informações valiosas para prever os recursos necessários para a continuidade das operações, os futuros recursos que podem ser gerados por essas operações, bem como os riscos e incertezas associados a elas (Conselho Federal de Contabilidade, 2018a). O Conselho Federal de Contabilidade (2018a, p. 3), em seu item 16, informa que as DCASP podem indicar:

- a) se os recursos foram obtidos e utilizados de acordo com o orçamento aprovado; e
- b) se os recursos foram obtidos e utilizados de acordo com os requisitos legais e contratuais, inclusive os limites financeiros estabelecidos por autoridades competentes.

Para que as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) atendam às suas finalidades informativas, é fundamental que elas abranjam informações sobre o ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas, despesas, outras variações no patrimônio líquido e fluxos de caixa das entidades públicas (Conselho Federal de Contabilidade, 2018a). Assim, as demonstrações contábeis podem oferecer aos seus usuários *insights* sobre os recursos e compromissos da entidade na data das demonstrações contábeis, além de detalhar o fluxo desses recursos ao longo do período em questão. Essas informações são valiosas para os usuários ao avaliar a capacidade da entidade de manter a provisão de bens e serviços em determinado nível, bem como para estimar a quantidade de recursos necessários a serem alocados no futuro para garantir que ela continue a cumprir suas obrigações (Conselho Federal de Contabilidade, 2018a).

Atualmente, a Brasil (1964) e Brasil (2000) estabelecem as responsabilidades pela elaboração e apresentação das demonstrações contábeis do governo e das entidades do setor público, bem como pela preparação das demonstrações contábeis consolidadas em nível nacional e por esfera de governo (Secretaria do Tesouro Nacional, 2023). De acordo com Brasil (2000), em seu artigo 51, os Estados e os Municípios devem encaminhar suas contas ao Poder Executivo da União até 30 de abril. Posteriormente, o Poder Executivo da União tem até 30 de junho para consolidar nacionalmente, e por esfera de governo, as contas dos entes da Federação referentes ao exercício anterior, divulgando-as, inclusive por meio eletrônico de acesso público (Secretaria do Tesouro Nacional, 2023).

### 3. Estrutura e composição das DCASP

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público devem ser devidamente distinguíveis quando apresentadas junto com outras informações em um mesmo documento (Secretaria do Tesouro Nacional, 2023). Geralmente, além das demonstrações contábeis, também são incluídos os relatórios de gestão, que detalham a execução dos programas governamentais, e as notas explicativas em um mesmo documento. Esses elementos adicionais são cruciais para oferecer um panorama abrangente das atividades e do desempenho do setor público, abordando questões como políticas públicas, impacto social e responsabilidade fiscal da entidade do setor público.

É importante, contudo, que as demonstrações contábeis aplicadas ao setor público sejam identificáveis e separadas dessas outras informações. Isso visa garantir a transparência e o cumprimento da prestação de contas por parte das entidades governamentais, facilitando o entendimen-

to e a análise das informações financeiras e orçamentárias por parte da sociedade, dos tribunais de contas, dos legisladores e outros interessados. A distinção entre as demonstrações contábeis e outras informações também ajuda a evitar confusões e interpretações equivocadas dos dados financeiros do setor público.

Além de identificar claramente cada componente nas DCASP, conforme estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (2023), as seguintes informações devem ser apresentadas de forma destacada para facilitar a compreensão:

- a. o nome da entidade às quais as demonstrações contábeis dizem respeito ou outro meio que permita sua identificação, bem como qualquer alteração que possa ter ocorrido nessa identificação desde o término do período anterior;
- b. se as demonstrações contábeis se referem a uma entidade individual ou a grupo de entidades;
- c. a data de encerramento do período a que as demonstrações contábeis remetem ou o período coberto pelo conjunto de demonstrações contábeis ou notas explicativas;
- d. a moeda de apresentação;
- e. o nível de arredondamento usado na apresentação dos valores nas demonstrações contábeis.

(Secretaria do Tesouro Nacional, 2023, p. 508).

No Brasil, as demonstrações devem refletir a situação patrimonial em 31 de dezembro e abranger as mudanças ocorridas durante o ano civil, conforme estipulado pelo artigo 34 de Brasil (1964), o qual estabelece que o exercício financeiro coincide com o ano civil (Secretaria do Tesouro Nacional, 2023).

## 4. Análise das DCASP

### 4.1 Definição

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público fornecem uma variedade de dados aos seus usuários (Secretaria do Tesouro Nacional, 2023). No entanto, para que esses dados sejam significativos, é crucial transformá-los em informações úteis. Nesse contexto, surge o processo de análise das demonstrações aplicadas ao setor público. A análise das DCASP é fundamental, pois permite ao gestor visualizar a situação econômico-financeira do órgão público e identificar as ações necessárias para melhorar o bem-estar da sociedade.

Analisar envolve realizar uma avaliação detalhada dos fatos com base nas informações apresentadas nas peças que constituem as Demonstrações Aplicadas ao Setor Público: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Kohama, 2015). Ao decompor os demonstrativos contábeis em segmentos específicos, obtém-se elementos para uma melhor interpretação e absorção de informações (Andrade, 2016). Segundo Andrade (2016), os objetivos da análise das demonstrações incluem delimitar dados, garantir confiabilidade, detectar erros, assegurar precisão na classificação, facilitar a compreensão, adaptar à análise aos objetivos específicos, familiarizar o analista com as demonstrações contábeis e fornecer suporte para decisões.

Existem várias maneiras de conduzir uma análise das demonstrações, sendo desde a aplicação de análises horizontais e verticais para observar a evolução e a estrutura das contas até a utilização de índices para avaliar o desempenho de determinadas contas em relação a parâmetros de interesse do gestor (Andrade, 2016). Além disso, é essencial realizar cálculos de quocientes ou indicadores que ofereçam uma visão ampla da situação econômica, financeira e patrimonial da empresa. Essa análise requer a construção de uma série histórica de índices derivados da relação entre contas ou grupos de contas presentes nos balanços públicos (Silva, 2019).

Os índices, como relações entre contas das demonstrações contábeis, são ferramentas essenciais para o analista investigar a situação econômico-financeira de uma entidade. Por meio dos índices é possível elaborar uma análise completa da organização. Em resumo, eles proporcionam uma visão abrangente da situação econômico-financeira da empresa, semelhante aos indicadores fornecidos por exames laboratoriais que auxiliam o profissional da área da saúde a fazer um diagnóstico mais preciso da saúde ou doença do paciente (Martins; Miranda; Diniz, 2020).

Dessa forma, é possível observar a importância da realização das análises das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, visto que, na contabilidade voltada às organizações públicas, observa-se uma escassez quanto à temática de análise das demonstrações aplicadas ao setor público, mesmo em organizações como fundações e autarquias. Ao contrário da contabilidade privada, em que essa ferramenta é amplamente utilizada para entender a situação financeira, patrimonial e estrutural das empresas, na esfera pública, só recentemente os administradores estão reconhecendo sua importância. Agora, eles estão aplicando a análise das demonstrações para identificar mudanças e tendências nas finanças públicas ao longo dos anos (Andrade, 2016).

É importante destacar que a análise e interpretação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público diferem significativamente daquelas aplicadas às demonstrações das empresas privadas, principalmente do segmento comercial e industrial, uma vez que visam garantir que a gestão do patrimônio esteja em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e com a legislação que estabelece regras gerais (Kohama, 2015). Assim, é possível destacar, ainda, que o objetivo da análise das demonstrações é fornecer aos usuários das informações contábeis uma compreensão precisa da situação real dos órgãos e entidades federais. Essa análise pode abranger diversas áreas, uma vez que as DCASP apresentam informações de natureza econômica, financeira, orçamentária e patrimonial. Nesse sentido, diversos indicadores podem ser utilizados para a análise das DCASP. No entanto, para uma análise mais detalhada, é necessário começar utilizando técnicas básicas, que permitem verificar a evolução ou involução e a representatividade de uma conta ou grupo de contas. Dessa forma, destacam-se a análise horizontal e a análise vertical.

## 4.2 Análise horizontal

A análise horizontal é um método que possibilita examinar a evolução ou declínio de uma mesma conta ao longo de diferentes exercícios financeiros. Em outras palavras, trata-se de uma ferramenta que auxilia na comparação dos valores de uma mesma conta, ou grupo de contas, em períodos distintos (Assaf Neto, 2023). Essa análise pode ser realizada em todas as DCASP. A seguir, tem-se a fórmula da análise horizontal em percentual (Assaf Neto, 2023):

$$\frac{\text{Valor da conta (grupo) em uma determinada data}}{\text{Valor da conta (grupo) em uma determinada data-base}} \times 100$$

**Exemplo:** O município de Solstício apresenta a seguinte Demonstração das Variações Patrimoniais:

Quadro 2

<b>Demonstração das variações patrimoniais do município Solstício</b>		
<b>Variações Patrimoniais Quantitativas</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Variações Patrimoniais Aumentativas	132.600	112.710
Tributos e Contribuições	90.000	76.500
Impostos	82.000	69.700
Taxas	8.000	6.800
Contribuições de Melhoria	0	0

continuação do Quadro 2

<b>Demonstração das variações patrimoniais do município Solstício</b>		
<b>Variações Patrimoniais Quantitativas</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Contribuições Sociais e Econômicas	0	0
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	12.000	10.200
Exploração de Bens	8.000	6.800
Exploração de Serviços	4.000	3.400
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	8.000	6.800
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos	6.000	5.100
Descontos Financeiros Obtidos	2.000	1.700
Transferências Recebidas	16.600	14.110
Transferências das Instituições Privadas	10.600	9.010
Transferências de Consórcios Públicos	6.000	5.100
Valorização e Ganhos com Ativos	6.000	5.100
Ganhos com Incorporação de Ativos por Descoberta e Nascimento	5.000	4.250
Ganhos com Alienação	1.000	850
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	0	0
Resultado Positivo de Participações em Coligadas	0	0
Variações Patrimoniais Diminutivas	64.000	54.400
Pessoal e Encargos	40.000	34.000
Remuneração a Pessoal	24.000	20.400
Benefícios a Pessoal	16.000	13.600
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0	0
Aposentadorias e Reformas	0	0
Benefícios de Prestação Continuada	0	0
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	23.000	19.550
Uso de Material de Consumo	8.000	6.800
Serviços	15.000	12.750
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0	0
Juros e Encargos de Mora	0	0
Transferências Concedidas	0	0
Transferências Intergovernamentais	0	0
Transferências a Instituições Privadas	0	0
Desvalorização e Perda de Ativos	1.000	850
Redução a Valor Recuperável	600	510
Perdas com alienação	400	340
Tributárias	0	0
Tributos e Contribuições	0	0
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	0	0
Equalizações de Preços e Taxas	0	0

Demonstração das variações patrimoniais do município Solstício		
Variações Patrimoniais Quantitativas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Incentivos e Premiações	0	0
Resultado Patrimonial do Exercício	68.600	58.310

Fonte: Adaptado de Kohama (2015).

Para a análise horizontal dessa demonstração, se utilizará como base o grupo de “Variações Patrimoniais Aumentativas”:

$$\begin{aligned}
 &= \frac{132.600}{112.710} \times 100 \\
 &= 1,176470 \times 100 \\
 &= 117,6470\% \\
 \Delta &= 117,6470 - 100 = + 17,6470\%
 \end{aligned}$$

Diante do resultado obtido, nota-se que as “Variações Patrimoniais Aumentativas” aumentaram em 17,6470% em comparação com o valor do exercício anterior. Isso indica um incremento no montante dos elementos que contribuíram para o aumento do patrimônio do município de Solstício.

### 4.3 Análise vertical

A análise vertical é um método que possibilita examinar a relevância de uma conta específica dentro de um grupo de contas do mesmo demonstrativo contábil. Em outras palavras, é uma ferramenta que auxilia na verificação da representatividade de uma conta ou grupo de contas em relação a um valor de referência dentro da mesma demonstração contábil (Assaf Neto, 2023). Assim como a análise horizontal, a análise vertical pode ser aplicada a todas as DCASP. A seguir, tem-se a fórmula da análise vertical em percentual (Assaf Neto, 2023):

$$\frac{\text{Valor da conta (grupo)}}{\text{Valor afim ou relacionável total}} \times 100$$

**Exemplo:** No caso do município de Solstício, a análise vertical da conta “Tributos e Contribuições” sobre as “Variações Patrimoniais Aumentativas”, presentes no Quadro 2, deve ser realizada da seguinte forma:

$$\begin{aligned} &= \frac{\text{Tributos e Contribuições}}{\text{Variações Patrimoniais Aumentativas}} \times 100 \\ &= \frac{90.000}{132.600} \times 100 \\ &= 0,678733 \times 100 \\ &= 67,8733\% \end{aligned}$$

Dessa forma, pode-se observar que os “Tributos e Contribuições” representam 67,8733% das Variações Patrimoniais Aumentativas do município Solstício. Ou seja, o resultado indica que o grupo “Tributos e Contribuições” é a principal fonte de aumento patrimonial para a entidade.

## Síntese do Capítulo



No presente capítulo, exploramos inicialmente o objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, ressaltando sua natureza como uma disciplina em constante evolução, sujeita a mudanças em suas leis e normativas. Nesse contexto, discutimos a convergência da Contabilidade Aplicada ao Setor Público com as normas internacionais, especificamente as *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS), cujo impacto tem sido significativo na melhoria do controle e monitoramento das finanças públicas no Brasil. Essa harmonização tem influenciado diretamente as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, estabelecendo requisitos e diretrizes que asseguram a comparabilidade entre demonstrações de períodos anteriores do mesmo órgão e entidade do setor público. Destacamos, portanto, as DCASP obrigatórias: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas. Tais demonstrações têm não apenas uma função retrospectiva, mas também prospectiva, enfatizando a importância da análise das DCASP. Este processo analítico permite que os gestores compreendam a situação econômico-financeira do órgão e identifiquem medidas necessárias para promover o bem-estar da sociedade. Assim, neste primeiro capítulo, abordamos as técnicas básicas de análise horizontal e vertical, essenciais para compreender a composição e evolução das contas e grupos contábeis.

## Leituras, filmes e sites



Recomendamos a leitura do texto “Contabilidade pública brasileira: cenário de inovações e de modernização”, escrito por Idésio Coelho, acessível através do link: <https://cfc.org.br/destaque/contabilidade-publica-brasileira-cenario-de-inovacoes-e-de-modernizacao/>. Esse texto aborda as atualizações da contabilidade pública no Brasil.

Fonte: COELHO, I. Contabilidade pública brasileira: cenário de inovações e de modernização. **Conselho Federal de Contabilidade**, 2021. Disponível em: <https://cfc.org.br/destaque/contabilidade-publica-brasileira-cenario-de-inovacoes-e-de-modernizacao/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

## Atividades de avaliação



1. Qual a importância da Lei nº 4.320/1964 e da Lei de Responsabilidade Fiscal na evolução da Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Brasil?
2. Como a padronização das informações contábeis no setor público, promovida pela Contabilidade Aplicada ao Setor Público, contribui para a transparência, a prestação de contas e o controle social?
3. Qual é a importância das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público na satisfação das necessidades informacionais dos diversos usuários da informação?
4. Por que é fundamental que as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público sejam claramente distinguíveis de outras informações, como relatórios de gestão e notas explicativas, em um mesmo documento? Como essa distinção contribui para a transparência e prestação de contas das entidades governamentais?

## Capítulo

# 2

# O balanço orçamentário e seus indicadores de análise



## Objetivos

- Descrever a importância do Balanço Orçamentário para o processo de tomada de decisão da gestão pública;
- Constituir o Balanço Orçamentário conforme estabelecido pelas normas legais pertinentes;
- Analisar detalhadamente a execução das receitas e despesas orçamentárias por meio de indicadores específicos de análise do Balanço Orçamentário.

## Introdução

Neste capítulo, abordaremos o Balanço Orçamentário, uma demonstração contábil obrigatória para as entidades do setor público que realiza a comparação entre as receitas e despesas estimadas em confronto com as realizadas. Discutiremos seus objetivos e os tipos de grupos contábeis que são divulgados nessa demonstração. Além disso, apresentaremos os quadros que compõem o Balanço Orçamentário, detalhando cada um deles.

Posteriormente, apresentaremos os índices/indicadores de análise desse balanço, com o objetivo de examinar a evolução e a estrutura dos componentes das receitas e despesas orçamentárias. Além disso, avaliaremos o desempenho na arrecadação de recursos e nos gastos, bem como o resultado orçamentário geral. A partir do cálculo desses índices/indicadores, forneceremos interpretações para diferentes situações de resultados que possam ocorrer na gestão pública, capacitando o usuário da informação com os conhecimentos necessários para o processo de tomada de decisão baseado nos resultados obtidos.

### 1. Propósito do Balanço Orçamentário

O Conselho Federal de Contabilidade (2018b), que estabelece diretrizes para a apresentação de informações orçamentárias nas demonstrações contábeis, exige que os valores orçados das receitas e despesas devem ser comparados com os valores efetivamente realizados, decorrentes da execu-

ção do orçamento, e incluídos nas demonstrações contábeis. Segundo Brasil (1964), em seu artigo 102, o Balanço Orçamentário evidenciará o confronto entre as receitas e despesas previstas com as receitas e despesas realizadas. Nessa perspectiva, destaca-se que pertencem ao exercício financeiro, as receitas nele arrecadadas, e as despesas nele legalmente empenhadas (Brasil, 1964).

O Balanço Orçamentário possibilita a análise da execução orçamentária. Por meio da comparação entre as receitas e despesas, é possível determinar se o resultado é deficitário, superavitário ou de equilíbrio orçamentário.

De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional (2023), o Balanço Orçamentário é composto pelos seguintes quadros:

- a) Quadro principal;
- b) Quadro da execução dos restos a pagar não processados; e
- c) Quadro da execução dos restos a pagar processados.

### 1.1 Quadro Principal

O quadro principal destaca as receitas e despesas previstas em comparação com as realizadas (Secretaria do Tesouro Nacional, 2023). Nesta disposição, tanto as receitas quanto as despesas serão classificadas de acordo com sua natureza. É importante ressaltar que a classificação funcional será utilizada de forma complementar para as despesas (Secretaria do Tesouro Nacional, 2023). Nos Quadros 3 e 4, é possível verificar a estrutura do quadro principal do Balanço Orçamentário.

Quadro 3

Estrutura do quadro principal do Balanço Orçamentário (Parte 1)				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)				
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria				
Receitas de Contribuições				
Receita Patrimonial				
.				
.				
.				
RECEITAS DE CAPITAL (II)				
Operações de Crédito				
Alienação de Bens				
Amortização de Empréstimos				

continuação do Quadro 3

<b>Estrutura do quadro principal do Balanço Orçamentário (Parte 1)</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>Previsão Inicial (a)</b>	<b>Previsão Atualizada (b)</b>	<b>Receitas Realizadas (c)</b>	<b>Saldo (d) = (c-b)</b>
.				
.				
.				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)				
.				
.				
.				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)				
DÉFICIT (VI)				
TOTAL (VII) = (V + VI)				
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
.				
.				
.				

Fonte: Adaptado da Secretaria do Tesouro Nacional (2023).

A primeira parte do Balanço Orçamentário compreende as receitas orçamentárias. Na coluna de previsão inicial, são listados os valores de receita previstos conforme estabelecido na Lei Orçamentária Anual (LOA) da entidade governamental (Quadro 3). Por outro lado, a coluna de previsão atualizada reflete os valores revisados das receitas previamente estimadas. Esses números são ajustados com base em créditos adicionais, excesso de arrecadação, correção monetária, entre outros fatores. É importante observar que se nenhum evento ocorrer para alterar a estimativa de receita, a coluna de previsão atualizada manterá os valores da previsão inicial (Secretaria do Tesouro Nacional, 2023).

No Quadro 3, a coluna das receitas realizadas exhibe os montantes das receitas obtidas durante o período. Em outras palavras, representa os valores recebidos pelo órgão ou pelos bancos/agentes arrecadadores (Secretaria do Tesouro Nacional, 2023). Nesse contexto, é possível calcular o saldo, que corresponde à diferença entre as receitas realizadas e a previsão atualizada.

Dessa forma, a coluna de saldo tem como objetivo apresentar o montante de receitas que excedeu o valor da previsão atualizada (Silva, 2014).

Quadro 4

Estrutura do quadro principal do Balanço Orçamentário (Parte 2)						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)						
Pessoal e Encargos Sociais						
Juros e Encargos de Dívida						
Outras Despesas Correntes						
DESPESAS DE CAPITAL (IX)						
Investimentos						
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)						
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)						
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)						
.						
.						
.						

Fonte: Adaptado da Secretaria do Tesouro Nacional (2023).

A segunda seção do quadro principal do Balanço Orçamentário aborda as despesas orçamentárias (Quadro 4). Na coluna de dotação inicial, estão registradas as despesas fixadas conforme estipulado na Lei Orçamentária Anual (LOA). Enquanto isso, a coluna de dotação atualizada, seguindo a mesma lógica da previsão atualizada, consiste na soma da dotação inicial com os créditos adicionais abertos ou reabertos durante o período, deduzindo as anulações e cancelamentos. É relevante ressaltar que, na ausência de eventos que alterem a dotação inicial, a coluna de dotação atualizada manterá os valores originais da dotação inicial (Secretaria do Tesouro Nacional, 2023).

Na coluna das despesas empenhadas, são apresentados os valores das despesas empenhadas durante o período, incluindo aquelas que foram liquidadas e/ou pagas. Quanto à coluna das despesas liquidadas, ela indica o montante das despesas que foram liquidadas, inclusive aquelas que já foram pagas. Já na coluna das despesas pagas, são apresentados os montantes das despesas efetivamente pagas pela entidade do setor público durante o exercício (Secretaria do Tesouro Nacional, 2023; Silva, 2014). Nessa perspectiva, a coluna do saldo da dotação representa a diferença entre a dotação atualizada e a despesa empenhada.

## 1.2. Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados

Os restos a pagar não processados (RPNP) tratam sobre as despesas que foram legalmente empenhadas, mas que não foram liquidadas e nem pagas até o dia 31 de dezembro do mesmo exercício. Assim, o Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados visa evidenciar os valores que foram empenhados, mas que não foram processados até o exercício anterior (Secretaria do Tesouro Nacional, 2023). No Quadro 5, apresenta-se a estrutura do Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados:

Quadro 5

Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados						
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO A PAGAR (f) = (a+b-d-e)
DESPEAS CORRENTES						
Pessoal e Encargos Sociais						
Juros e Encargos de Dívida						
Outras Despesas Correntes						
DESPEAS DE CAPITAL						
Investimentos						
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
TOTAL						

Fonte: Adaptado da Secretaria do Tesouro Nacional (2023).

No Quadro 5, a coluna “Em Exercícios Anteriores” apresenta o montante dos restos a pagar não processados referentes a exercícios anteriores, excluindo o exercício imediatamente anterior, desde que não tenham sido cancelados. Enquanto a coluna “Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior” evidencia o valor correspondente aos restos a pagar não processados referentes ao exercício imediatamente anterior (Secretaria do Tesouro Nacional, 2023).

A coluna “Liquidados” apresenta o valor dos restos a pagar não processados que foram liquidados durante o exercício. Por sua vez, a coluna “Pagos” indica o montante dos restos a pagar não processados que foram liquidados e pagos após a sua inscrição. Por fim, a coluna “Cancelados” refere-se aos valores correspondentes aos restos a pagar não processados que foram cancelados (Secretaria do Tesouro Nacional, 2023).

A coluna “Saldo a Pagar” apresenta o montante das despesas inscritas que ainda não foram pagas em 31 de dezembro. Corresponde ao total de valores inscritos nos exercícios anteriores deduzidos do total de despesas pagas e canceladas.

### 1.3 Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados

Os restos a pagar processados (RPP) tratam das despesas que foram empenhadas e liquidadas, mas que não foram pagas até o dia 31 de dezembro do mesmo exercício. Assim, o Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados visa evidenciar restos a pagar processados inscritos até o final do exercício anterior (Secretaria do Tesouro Nacional, 2023). No Quadro 6, apresenta-se a estrutura do Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados:

Quadro 6

Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados					
	EM EXERCÍ- CIOS ANTE- RIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO A PAGAR (e) = (a+b-c-d)
<b>DESPESAS CORRENTES</b>					
Pessoal e Encargos Sociais					
Juros e Encargos de Dívida					
Outras Despesas Correntes					

continuação do Quadro 6

Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados					
	EM EXERCÍ- CIOS ANTE- RIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO A PAGAR (e) = (a+b-c-d)
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>					
Investimentos					
Inversões Financeiras					
Amortização da Dívida					
<b>TOTAL</b>					

Fonte: Adaptado da Secretaria do Tesouro Nacional (2023).

No Quadro 6, a coluna “Em Exercícios Anteriores” apresenta o montante dos restos a pagar processados referentes a exercícios anteriores, excluindo o exercício imediatamente anterior, desde que não tenham sido cancelados. Enquanto a coluna “Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior” evidencia o valor correspondente aos restos a pagar processados referentes ao exercício imediatamente anterior (Secretaria do Tesouro Nacional, 2023).

A coluna “Pagos” indica o montante dos restos a pagar processados que foram pagos. Enquanto a coluna “Cancelados” refere-se aos valores correspondentes aos restos a pagar processados que foram cancelados (Secretaria do Tesouro Nacional, 2023). Por fim, a coluna “Saldo a Pagar” apresenta o montante das despesas inscritas que ainda não foram pagos em 31 de dezembro. Corresponde ao total de valores inscritos nos exercícios anteriores deduzidos do total de despesas pagas e canceladas.

## 2. Análise do Balanço Orçamentário por meio de indicadores/quocientes

A análise do balanço orçamentário objetiva elucidar o estado da posição operacional do governo ou a sua capacidade de pagamento, empregando as seguintes abordagens metodológicas: i. examinar a evolução e estrutura dos principais componentes das receitas e despesas orçamentárias ao longo de vários períodos, em que trata de realizar a análise temporal do balanço orçamentário; ii. avaliar o desempenho da arrecadação de recursos e do gasto, a precisão nas informações sobre previsões, o progresso da execução orçamentária e a situação financeira das despesas em um dado exercício,

por meio da análise pontual do balanço orçamentário; e iii. avaliação de vários indicadores relacionados à realização das receitas, das despesas e ao resultado orçamentário geral, por intermédio da análise de índices do balanço orçamentário (Lima; Diniz, 2016).

Nesse sentido, será procedida a análise dos indicadores pertinentes ao balanço orçamentário. Essa etapa é fundamental para a realização de uma boa gestão financeira e fiscal dos órgãos e entidades governamentais, possibilitando a visualização da capacidade financeira e das tendências orçamentárias das instituições governamentais. Seguem abaixo os quadros 7 e 8 com o detalhamento do Balanço Orçamentário do Município Solstício. O presente Balanço servirá de exemplo para aplicação prática dos indicadores adequados aos balanços orçamentários, conforme observado a seguir.

Quadro 7

<b>Balanço Orçamentário do Município Solstício (Receitas)</b>				
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>Previsão Inicial (a)</b>	<b>Previsão Atualizada (b)</b>	<b>Receitas Realizadas (c)</b>	<b>Saldos (d) = (c-b)</b>
Receitas	120.000	120.000	112.000	(8.000)
Receitas Correntes (I)	108.000	108.000	104.000	(4.000)
Receita Tributária	90.000	90.000	85.000	(5.000)
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	90.000	90.000	85.000	(5.000)
Receita Patrimonial	6.000	5.000	6.000	1.000
Receitas Imobiliárias	6.000	5.000	6.000	1.000
Receita de Serviços	3.000	4.400	4.400	0
Transferências Correntes	1.000	600	600	0
Outras Receitas Correntes	8.000	8.000	8.000	0
Multas e Juros de Mora	8.000	8.000	8.000	0
Receitas de Capital (II)	12.000	12.000	8.000	(4.000)
Operações de Crédito	8.000	8.000	8.000	0
Operações de Crédito Internas	8.000	8.000	8.000	0
Alienação de Bens	2.000	2.000	0	(2.000)
Amortização de Empréstimos	2.000	2.000	0	(2.000)
Subtotal das Receitas (III) = (I+II)	120.000	120.000	112.000	(8.000)
Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)				
Operações de Crédito Internas				
Operações de Crédito Externas				
Subtotal c/ Refinanciamento (V) = (III + IV)	120.000	120.000	112.000	(8.000)
Déficit (VI)				
TOTAL (VII) = (V + VI)	120.000	120.000	112.000	(8.000)

Fonte: Adaptado de Kohama (2015).

Quadro 8

<b>Balanço Orçamentário do Município Solstício (Despesas)</b>						
<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>Dotação Inicial (e)</b>	<b>Dotação Atualizada (f)</b>	<b>Despesas Empenhadas (g)</b>	<b>Despesas Liquidadas (h)</b>	<b>Despesas Pagas (i)</b>	<b>Saldo Dotação (j) = (f-g)</b>
Despesas	120.000	120.000	110.000	108.400	92.000	10.000
Despesas Correntes (VIII)	80.000	80.000	78.000	76.400	68.000	2.000
Pessoal e Encargos Sociais	40.000	40.000	40.000	40.000	36.000	0
Juros e Encargos da Dívida	40.000	40.000	38.000	36.400	32.000	2.000
Despesas de Capital (IX)	40.000	40.000	32.000	32.000	24.000	8.000
Inversões Financeiras	40.000	40.000	32.000	32.000	24.000	8.000
Reserva de Contingência (X)						
Subtotal das Despesas (XI) = (VIII + IX + X)	120.000	120.000	110.000	108.400	92.000	10.000
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)						
Amortização da Dívida Interna						
Amortização da Dívida Externa						
Subtotal com Refinanciamento (XIII) = (XI+XII)	120.000	120.000	110.000	108.400	92.000	10.000
Superávit (XIV)	-	-	2.000	-	-	(2.000)
TOTAL (XV) = (XIII+XIV)	120.000	120.000	112.000	108.400	92.000	8.000

Fonte: Adaptado de Kohama (2015).

De acordo com Kohama (2015) e Bezerra Filho (2021), podem ser utilizados como indicadores, considerados relevantes para análise e interpretação do Balanço Orçamentário os seguintes itens: i. execução da receita; ii. equilíbrio orçamentário; iii. cobertura dos créditos adicionais; iv. execução da despesa; v. execução orçamentária corrente; vi. execução orçamentária de capital; e vii. resultado orçamentário.

## 2.1. Execução da Receita

Esse quociente é resultante do comparativo entre as receitas realizadas e a previsão atualizada, indicando, em termos percentuais, se há excesso ou falta de arrecadação em comparação ao total da despesa orçamentária fixada no período, em que se considera os créditos que foram estipulados pela LOA e os créditos adicionais (Bezerra Filho, 2021). A seguir, apresenta-se a fórmula para cálculo do quociente da execução da receita:

$$\text{Execução da Receita} = \frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Previsão Atualizada}}$$

De acordo com Kohama (2015), pode-se interpretar os resultados das seguintes maneiras:

- Se o resultado for igual a 1, indica que o total de receita realizada equivale ao que foi previsto, embora esse resultado seja viável, é pouco provável ocorrer.
- Já se o resultado for maior que 1, indica que o total da receita realizada é maior que a receita prevista atualizada, dessa forma, demonstrando a existência do excesso de arrecadação no período estudado. Essa situação é a mais provável de se concretizar.
- Por fim, se o resultado for menor que 1, indica que o total da receita realizada é inferior à receita prevista atualizada, assim, evidenciando que a arrecadação do período se apresentou como insuficiente frente ao previsto.

Considerando o resultado abaixo baseado nos dados apresentados no Quadro 7:

$$\text{Execução da Receita} = \frac{\text{R\$ 112.000,00}}{\text{R\$ 120.000,00}}$$

$$\text{Execução da Receita} = 0,9333$$

Esse resultado sugere que para cada 1,00 real de receita prevista atualizada o ente governamental recebeu no exercício, efetivamente, 0,93 centavos de receita realizada. Demonstrando, assim, uma arrecadação inferior ao que era esperado.

## 2.2. Equilíbrio Orçamentário

Esse quociente surge da comparação entre a receita prevista inicialmente e a dotação atualizada da despesa, mostrando que se há equilíbrio entre as estimativas iniciais e as fixações constantes na Lei Orçamentária Anual (Silva, 2014). Abaixo é apontada a fórmula para determinar o quociente do equilíbrio orçamentário:

$$\text{Equilíbrio Orçamentário} = \frac{\text{Dotação Atualizada}}{\text{Previsão Inicial}}$$

$$\text{Equilíbrio Orçamentário} = 1,0000$$

Segundo Kohama (2015), pode-se interpretar os resultados de distintas formas, sendo elas:

- Quando o resultado for igual a 1, aponta que a dotação atualizada da despesa corresponde exatamente ao total da receita prevista inicialmente, indicando que não ocorreram acréscimos relacionados a abertura de créditos adicionais.
- Caso o resultado ultrapasse o valor de 1, significa que o valor da dotação atualizada é superior à receita prevista inicial, assim, a diferença corresponde ao valor de créditos adicionais que foram abertos.
- Por último, quando o resultado é abaixo de 1, demonstra que a dotação atualizada da despesa é menor que a receita prevista. Embora essa situação seja de difícil ocorrência, pode sinalizar que a Lei Orçamentária foi aprovada prevendo um superávit, ao invés de equilíbrio orçamentário.

Considerando o resultado abaixo baseado nos dados apresentados nos Quadros 7 e 8:

$$\text{Equilíbrio Orçamentário} = \frac{\text{R\$ 120.000,00}}{\text{R\$ 120.000,00}}$$
$$\text{Equilíbrio Orçamentário} = 1,0000$$

Esse quociente indica que, durante o exercício, o ente governamental observou que para cada 1,00 de receita prevista inicial havia um valor equivalente em despesas fixadas, conforme a dotação atualizada da despesa.

### 2.3 Cobertura dos Créditos Adicionais

O indicador relativo à cobertura dos créditos adicionais mostra o resultado da relação entre os créditos adicionais abertos e o excesso de arrecadação, indicando a parte do excedente na arrecadação que foi utilizado para a abertura de créditos adicionais (Silva, 2014). Ademais, é interessante que seja realizada uma análise detalhada considerando por destinação de recursos (Silva, 2014).

$$\text{Cobertura dos Créditos Adicionais} = \frac{\text{Excesso de Arrecadação}}{\text{Créditos Adicionais Abertos}}$$

Conforme abordado por Kohama (2015), pode-se interpretar os resultados dos quocientes das seguintes formas:

Se o valor for igual a 1, expressa que todo o excesso de arrecadação foi empregado para cobrir os créditos adicionais abertos.

- Se o valor for maior que 1, assinala que o excesso de arrecadação foi superior ao total dos créditos adicionais abertos, havendo ainda recursos não utilizados pela instituição pública.
- Contudo, se o valor for menor que 1, sugere que o excesso de arrecadação é inferior aos créditos adicionais abertos. Nesse caso, demonstra que os créditos adicionais abertos precisaram ser cobertos de outras maneiras, por exemplo, com a redução de dotações no orçamento.

Considerando o resultado abaixo baseado nos dados apresentados nos Quadros 7 e 8:

$$\text{Cobertura dos Créditos Adicionais} = \frac{\text{R\$ 0,00}}{\text{R\$ 0,00}}$$
$$\text{Cobertura dos Créditos Adicionais} = 0,0000$$

A partir do cálculo e interpretação desse indicador, é possível observar que não houve a abertura de créditos adicionais pelo ente governamental. Além disso, também não ocorreu excesso de arrecadação no período.

## 2.4. Execução da Despesa

Esse quociente representa a relação entre a dotação atualizada e as despesas empenhadas, revelando a porcentagem do orçamento e dos créditos adicionais que foram empenhados no período em questão (Bezerra Filho, 2021).

$$\text{Execução da Despesa} = \frac{\text{Despesas Empenhadas}}{\text{Dotação Atualizada}}$$

De acordo com Kohama (2015), os resultados da execução da despesa podem ser interpretados da seguinte maneira:

- Caso o valor seja igual a 1, representa que toda a dotação atualizada do período foi utilizada por meio do empenho das despesas, um resultado raro, mas possível de suceder.
- Quando o valor for superior a 1, indica que a despesa empenhada excedeu o total de dotação atualizada autorizada, o que jamais deveria ocorrer, pois demonstra que houve utilização de dotação orçamentária sem autorização legal.

- Por fim, se o valor for inferior a 1, significa que a despesa empenhada foi menor que a dotação atualizada no período, representando uma economia orçamentária, já que uma parte da dotação não foi utilizada. Este resultado é o mais comum e esperado pelos entes governamentais.

Considerando o resultado abaixo baseado nos dados apresentados no Quadro 8:

$$\text{Execução da Despesa} = \frac{\text{R\$ 110.000,00}}{\text{R\$ 120.000,00}}$$

$$\text{Execução da Despesa} = 0,9167$$

A interpretação desse resultado indica que, para cada 1,00 real de despesa atualizada fixada pela entidade governamental, houve um total de 0,9167 de despesa empenhada no período. Isso demonstra que somente 91,67% da despesa prevista foi efetivamente empenhada, refletindo uma economia orçamentária devido à parte da dotação não utilizada.

## 2.5. Execução Orçamentária Corrente

O indicador de execução orçamentária corrente é uma medida que relaciona a receita corrente realizada e a despesa corrente empenhada, ele possibilita ao ente governamental identificar se a receita gerada ao longo do exercício foi suficiente para cobrir as despesas do mesmo período, caso contrário, indica a necessidade da utilização de receitas de capital para custear as despesas correntes (Silva, 2014).

$$\text{Execução Orçamentária Corrente} = \frac{\text{Receita Recorrente}}{\text{Despesa Recorrente}}$$

Conforme Kohama (2015), a interpretação dos resultados da execução orçamentária corrente pode ser feita da seguinte maneira:

- Se o resultado for igual a 1, indica que a receita corrente realizada é igual à despesa corrente empenhada, demonstrando uma situação de equilíbrio. No entanto, este resultado não é muito usual, pois implica que toda a receita corrente foi utilizada para a cobertura das despesas correntes.
- Já se o resultado for maior a 1, aponta que a receita corrente realizada é superior à despesa corrente empenhada. Esse é o resultado mais favorável para as entidades públicas, pois permite utilizar o excedente para a cobertura das despesas de capital.

- Por último, quando o resultado é abaixo de 1, demonstra que a receita corrente foi inferior às despesas correntes empenhadas no período, o que não deve ocorrer, pois significa que a receita realizada é insuficiente para cobrir as despesas correntes.

Considerando o resultado abaixo baseado nos dados apresentados nos Quadros 7 e 8:

$$\text{Execução Orçamentária Corrente} = \frac{\text{R\$ } 104.000,00}{\text{R\$ } 78.000,00}$$

$$\text{Execução Orçamentária Corrente} = 1,3333$$

A análise desse indicador revela que, para cada 1,00 real de despesa corrente empenhada, a entidade pública gerou 1,33 real de receita corrente realizada. Dessa forma, observa-se um resultado positivo e conforme o esperado, indicando que o excedente de 0,33 real pode ser destinado às despesas de capital. Com isso, além de cobrir completamente as despesas correntes, a entidade ainda dispõe de um saldo positivo, que pode ser utilizado como recursos adicionais, para outras necessidades identificadas pelo ente governamental.

## 2.6. Execução Orçamentária de Capital

Esse quociente mede quanto da receita de capital realizada foi empregada para cobrir a despesa de capital empenhada. Espera-se que seu resultado seja sempre menor que 1, mas o mais próximo desse valor. A análise desse indicador permite verificar se a instituição governamental está utilizando a receita de capital de maneira adequada, evitando seu uso para fins distintos da cobertura das despesas de capital (Kohama, 2015).

$$\text{Execução Orçamentária de Capital} = \frac{\text{Receita de Capital}}{\text{Despesa de Capital}}$$

Segundo Kohama (2015), os resultados da execução orçamentária de capital podem ser interpretados da seguinte maneira:

- Se o valor for igual a 1, significa que a receita de capital realizada é igual à despesa de capital empenhada. Embora possível, essa situação é rara, pois indicaria que toda a receita de capital foi utilizada para cobrir as despesas de capital.

- Se o valor for maior que 1, indica que a receita de capital é superior ao valor da despesa de capital. Essa situação não é desejável para a entidade pública, pois demonstra que uma parcela da receita de capital não foi utilizada para pagar as despesas de capital, o que não é usual.
- Contudo, se o valor for menor que 1, aponta que a receita de capital realizada é inferior à despesa de capital empenhada. Esse é o resultado mais comum a ser apresentado, significando que a receita de capital não foi suficiente para cobrir as despesas de capital, necessitando a inclusão dos valores relativos às receitas correntes para cobertura dessa diferença.

Considerando o resultado abaixo baseado nos dados apresentados nos Quadros 7 e 8:

$$\text{Execução Orçamentária de Capital} = \frac{\text{R\$ 8.000,00}}{\text{R\$ 32.000,00}}$$

$$\text{Execução Orçamentária de Capital} = 0,2500$$

A análise desse quociente revela que, para cada 1,00 de despesa de capital empenhada, há apenas 0,25 real de receita de capital realizada. Assim, o ente público precisa cobrir os 0,75 reais restantes das despesas de capital utilizando as receitas correntes.

## 2.7. Resultado Orçamentário

O indicador referente ao resultado orçamentário mede a relação entre a receita realizada e a despesa empenhada de uma entidade governamental (Secretaria do Tesouro Nacional, 2011). Ao comparar essas duas informações, é possível identificar se a receita foi maior que a despesa, resultando em superávit, ou se a despesa superou a receita, indicando um déficit (Silva, 2014).

$$\text{Resultado Orçamentário} = \frac{\text{Receitas Realizadas}}{\text{Despesas Empenhadas}}$$

De acordo com Kohama (2015), os resultados podem ser interpretados das seguintes formas:

- Quando o resultado é igual a 1, significa que o valor das receitas realizadas é idêntico ao valor das despesas empenhadas. Esse resultado indica equilíbrio orçamentário, embora seja raro.

- Caso o resultado ultrapasse o valor de 1, indica que as receitas realizadas superaram o valor das despesas empenhadas, apresentando um superávit orçamentário. Esse cenário é considerado normal quando ocorre.
- Por último, quando o resultado é abaixo de 1, significa que as receitas realizadas foram inferiores às despesas empenhadas no período, indicando um déficit orçamentário. É importante verificar se não houve emissão de empenho de capital que, casualmente, necessite de empréstimos ou financiamentos para seu pagamento. Essa situação, embora considerada transitória, não deve ocorrer frequentemente.

Considerando o resultado abaixo baseado nos dados apresentados nos Quadros 7 e 8:

$$\text{Resultado Orçamentário} = \frac{\text{R\$ } 112.000,00}{\text{R\$ } 110.000,00}$$

$$\text{Resultado Orçamentário} = 1,0182$$

A interpretação desse quociente indica que, para cada 1,00 de despesa empenhada, foi realizada 1,0182 em receita, resultando em um superávit de 1,82%. Este resultado indica que a receita realizada não apenas serviu para cobrir todas as despesas empenhadas, mas também excedeu o previsto, gerando um excedente. Assim, a entidade governamental arrecadou mais do que o montante inicialmente comprometido para despesas.

## Síntese do Capítulo



No capítulo, abordamos diversos aspectos fundamentais do balanço orçamentário. Primeiramente, divulgamos seu propósito principal, que é evidenciar o confronto entre as receitas e despesas previstas com as receitas e despesas realizadas. Em seguida, apresentamos a composição desse balanço, detalhando que é composto pelo quadro principal, pelo quadro da execução dos restos a pagar não processados e pelo quadro da execução dos restos a pagar processados. Tratamos também de diferenciar os restos a pagar não processados dos restos a pagar processados, esclarecendo que ambos dizem respeito às despesas que foram legalmente empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do mesmo exercício. Destacamos a importância da análise do balanço orçamentário, que auxilia na avaliação

da posição operacional do governo e na sua capacidade de pagamento. Além disso, apresentamos diferentes indicadores do balanço orçamentário, os quais são utilizados para analisar a execução do orçamento e a capacidade de pagamento do órgão. Entre esses indicadores, destacam-se a execução da receita, da despesa, do equilíbrio orçamentário, entre outros. Essas análises podem auxiliar os gestores no processo de tomada de decisão, especialmente na elaboração do orçamento do órgão público.

### Leituras, filmes e sites



Recomendamos a leitura do texto “Aeplan apresenta balanço orçamentário de 2023 no Consu”, escrito por Tote Nunes, acessível através do link: <https://www.unicamp.br/noticias/2024/03/27/aeplan-apresenta-balanco-orcamentario-de-2023-no-consu/#gsc.tab=0>. Esse texto aborda o déficit financeiro de R\$ 46 milhões da Universidade de Campinas (UNICAMP), em 2023.

Fonte: NUNES, T. Aeplan apresenta balanço orçamentário de 2023 no Consu. **Universidade de Campinas**, 2024. Disponível em: <https://www.unicamp.br/noticias/2024/03/27/aeplan-apresenta-balanco-orcamentario-de-2023-no-consu/#gsc.tab=0>. Acesso em: 20 fev. 2024.

### Atividades de avaliação



1. Na sua opinião, qual é a importância da comparação entre os valores orçados e os valores efetivamente realizados nas demonstrações contábeis?
2. Qual é a finalidade dos quadros que compõem o Balanço Orçamentário?
3. Qual é o objetivo principal da análise do Balanço Orçamentário?
4. Por que a análise dos indicadores pertinentes ao balanço orçamentário é fundamental para a gestão financeira e fiscal dos órgãos governamentais?



## Capítulo

# 3

## O balanço financeiro e seus indicadores de análise



## Objetivos

- Compreender o conceito e a importância do Balanço Financeiro para os órgãos e entes federativos;
- Constituir o Balanço Financeiro conforme estabelecido pelas normas legais pertinentes;
- Analisar a execução orçamentária e a extraorçamentária por meio de indicadores específicos de análise do Balanço Financeiro, proporcionando *insights* para o processo de tomada de decisão da gestão pública;
- Calcular o resultado da execução financeira e o saldo financeiro utilizando as contas contempladas pelo Balanço Financeiro.

## Introdução

Neste capítulo, nós iremos apresentar mais uma demonstração contábil obrigatória no setor público, o Balanço Financeiro. Inicialmente, trataremos sobre o seu propósito e a sua importância para a gestão do setor público, uma vez que ele evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária. Além disso, iremos apresentar a estrutura do Balanço Financeiro, conforme estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (2023).

Também aprofundaremos a análise do Balanço Financeiro, ressaltando a relevância de compreender os resultados obtidos durante o exercício. Por fim, iremos calcular e interpretar os indicadores e índices de execução orçamentária, financeiro real da execução orçamentária, execução extraorçamentária, resultado da execução financeira e resultado dos saldos financeiros, baseando-nos nas informações presentes no Balanço Financeiro. Compreender esses indicadores é fundamental para auxiliar os gestores no processo de tomada de decisão.

## 1. Propósito do Balanço Financeiro

De acordo com o artigo 103 de Brasil (1964), “O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.”. Além disso, conforme estabelecido no parágrafo único do mesmo artigo, os restos a pagar, isto é, as despesas empenhadas que não foram pagas até 31 de dezembro do mesmo exercício, serão computados na receita extraorçamentária, de modo a compensar sua inserção na despesa orçamentária (Brasil, 1964).

Segundo Kohama (2015), no Balanço Financeiro são evidenciados os movimentos financeiros ocorridos durante o exercício, ou seja, refere-se à totalidade das transações realizadas no período, e não apenas o saldo das contas. A análise do balanço financeiro, como destacado por Lima e Diniz (2016), tem o propósito de evidenciar como os fluxos de recursos disponíveis induzem na geração líquida de caixa ou no resultado da administração financeira.

## 2. Estrutura e análise do Balanço Financeiro

Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional (2023, p. 524), as seguintes classes do PCASP compõem o Balanço Financeiro:

- a. Classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo) para os Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, Saldo em Espécie do Exercício Anterior e Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte;
- b. Classe 3 (Variações Patrimoniais Diminutivas) para as Transferências Financeiras Concedidas;
- c. Classe 4 (Variações Patrimoniais Aumentativas) para as Transferências Financeiras Recebidas;
- d. Classe 5 (Orçamento Aprovado) para a Inscrição de Restos a Pagar<sup>10</sup>; e
- e. Classe 6 (Execução do Orçamento) para a Receita Orçamentária, Despesa Orçamentária e Pagamento de Restos a Pagar.
- f. Classe 7 e 8 (controles devedores e credores) para registrar as entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa em que não haja, necessariamente, execução orçamentária, e que também não sejam evidenciadas ou provenientes de movimentações extraorçamentárias.

A seguir será conduzida uma análise dos indicadores significativos ao balanço financeiro. Com isso, é fornecido o Quadro 9, o qual oferece um detalhamento do Balanço Financeiro do Município Solstício. Esse demonstrativo

será aplicado como exemplo prático para ilustrar a utilização dos indicadores pertinentes aos balanços financeiros, conforme será delineado em seguida.

Quadro 9

<b>Balço Financeiro do Município Solstício</b>		
<b>INGRESSOS</b>		
<b>Especificação</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>Receita Orçamentária (I)</b>	<b>112.000</b>	-
Ordinária	104.000	-
Vinculada	8.000	-
Vinculados à Educação	4.000	-
Vinculados à Saúde	4.000	-
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>	-	-
Para a Execução Orçamentária	-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>	<b>29.000</b>	-
Inscrição de Restos a Pagar Processados	16.400	-
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	1.600	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	11.000	-
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>	-	-
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>	<b>141.000</b>	-
<b>DISPÊNDIOS</b>		
<b>Especificação</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>	<b>110.000</b>	-
Ordinária	102.000	-
Vinculada	8.000	-
Recursos Destinados à Educação	4.000	-
Recursos Destinados à Saúde	4.000	-
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>	-	-
Para a Execução Orçamentária	-	-
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>	<b>10.000</b>	-
Pagamento de Restos a Pagar Processados	-	-
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	10.000	-
<b>Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)</b>	<b>21.000</b>	-
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>	<b>141.000</b>	-

Fonte: Adaptado de Kohama (2015).

Conforme Kohama (2015), podem ser empregados como índices para análise e interpretação do Balço Financeiro os seguintes elementos: i. execução orçamentária; ii. financeiro real da execução orçamentária; iii. execu-

ção extraorçamentária; iv. resultado da execução financeira; e v. resultado dos saldos financeiros.

## 2.1. Execução Orçamentária

O quociente da execução orçamentária indicará a proporção da receita orçamentária em relação ao pagamento da despesa orçamentária, relativo a um determinado período, do ente governamental (Kohama, 2015).

$$\text{Execução Orçamentária} = \frac{\text{Receita Orçamentária}}{\text{Despesa Orçamentária}}$$

De acordo com Kohama (2015), os resultados podem ser interpretados das seguintes formas:

- Quando o resultado é igual a 1, significa que a receita orçamentária realizada é igual à despesa orçamentária realizada. Embora seja um resultado possível, essa situação é rara.
- Caso o resultado ultrapasse o valor de 1, indica que a receita orçamentária realizada é superior à despesa orçamentária realizada, indicando um superávit orçamentário.
- Por último, quando o resultado é abaixo de 1, significa que a receita orçamentária realizada é inferior à despesa orçamentária realizada, indicando déficit orçamentário.

Considerando o resultado abaixo baseado nos dados apresentados no Quadro 9:

$$\text{Execução Orçamentária} = \frac{\text{R\$ } 112.000,00}{\text{R\$ } 110.000,00}$$
$$\text{Execução Orçamentária} = 1,0182$$

Esse quociente sugere que há 1,0182 de receita orçamentária para cada 1,00 de despesa orçamentária realizada, indicando um superávit financeiro na execução orçamentária.

## 2.2. Financeiro Real da Execução Orçamentária

Esse indicador deve mostrar qual a proporção que a receita orçamentária representa em relação à despesa orçamentária paga (Secretaria do Te-

souro Nacional, 2011). Por meio dele, busca-se identificar a relação entre a receita e a despesa orçamentária, ambas considerando o regime de caixa (Kohama, 2015). Ademais, vale salientar que as despesas orçamentárias pagas podem ser calculadas pela identificação das despesas orçamentárias, das quais serão deduzidos os restos a pagar inscritos no exercício, levando em conta tanto os restos a pagar processados quanto os não processados.

$$\text{Financeiro Real da Execução Orçamentária} = \frac{\text{Receita Orçamentária}}{\text{Despesa Orçamentária Paga}}$$

Conforme Kohama (2015), a interpretação dos resultados do financeiro real da execução orçamentária pode ser feita da seguinte maneira:

- Se igual a 1, indica que a receita orçamentária realizada é igual à despesa orçamentária paga, descontados os restos a pagar inscritos no exercício. Esta situação evidencia igualdade na execução orçamentária e financeira, mesmo quando se aplica o regime de caixa às despesas orçamentárias.
- Se maior que 1, significa que o total de receitas orçamentárias realizadas é superior ao total das despesas orçamentárias pagas, deduzidos os restos a pagar inscritos no período. Este resultado indica a presença de um superávit na execução orçamentária e financeira, mesmo empregando o regime de caixa para as despesas orçamentárias.
- Se menor que 1, aponta que a receita orçamentária realizada é inferior à despesa orçamentária paga, subtraídos os restos a pagar inscritos no exercício. Este cenário revela a existência de um déficit na execução orçamentária e financeira, mesmo considerando o regime de caixa para as despesas orçamentárias.

Considerando o resultado abaixo baseado nos dados apresentados no Quadro 9:

$$\text{Financeiro Real da Execução Orçamentária} = \frac{\text{R\$ 112.000,00}}{\text{R\$ 110.000,00} - \text{R\$ 18.000,00}}$$

$$\text{Financeiro Real da Execução Orçamentária} = \frac{\text{R\$ 112.000,00}}{\text{R\$ 92.000,00}}$$

$$\text{Financeiro Real da Execução Orçamentária} = 1,2174$$

Esse indicador revela que a receita orçamentária é 1,2174 vezes maior do que a despesa orçamentária paga. Vale ressaltar que as despesas orça-

mentárias pagas, elas são tratadas como se estivessem escrituradas pelo regime de caixa, o que implica subtrair os restos a pagar inscritos no exercício.

### 2.3. Execução Extraorçamentária

O quociente de execução extraorçamentária deve indicar a realização da receita extraorçamentária em comparação com o total da despesa extraorçamentária executada (Kohama, 2015).

$$\text{Execução Extraorçamentária} = \frac{\text{Receita Extraorçamentária}}{\text{Despesa Extraorçamentária}}$$

Segundo Kohama (2015), os resultados podem ser interpretados de várias maneiras, tais como:

- Quando o resultado for igual a 1, aponta que o total das receitas extraorçamentárias equivale ao total das despesas extraorçamentárias, indicando um equilíbrio entre ambas.
- Caso o resultado ultrapasse o valor de 1, significa que a receita extraorçamentária é superior às despesas extraorçamentárias.
- Por último, quando o resultado é abaixo de 1, demonstra que a receita extraorçamentária é inferior à despesa extraorçamentária executada no período.

Considerando o resultado abaixo baseado nos dados apresentados no Quadro 9:

$$\text{Execução Extraorçamentária} = \frac{\text{R\$ } 29.000,00}{\text{R\$ } 10.000,00}$$
$$\text{Execução Extraorçamentária} = 2,9000$$

Esse índice indica que a receita extraordinária é 2,90 vezes maior que a despesa extraorçamentária. Além disso, observa-se um superávit de recursos extraorçamentários de R\$ 19.000,00 no exercício, o que equivale a 190% da despesa extraorçamentária.

### 2.4. Resultado da Execução Financeira

Esse indicador relaciona o total das receitas orçamentárias e extraorçamentárias com o total das despesas orçamentárias e extraorçamentárias, refletindo todos os recebimentos e pagamentos realizados durante o período.

Ele revela o resultado do balanço financeiro do exercício, permitindo identificar o resultado financeiro do exercício demonstrado pelo balanço financeiro (Kohama, 2015).

$$\text{Resultado da Execução Financeira} = \frac{\text{Receita (Orçamentária + Extraorçamentária)}}{\text{Despesa (Orçamentária + Extraorçamentária)}}$$

Conforme Kohama (2015), é possível interpretar os resultados das seguintes formas:

- Se o resultado for igual a 1, indica que a soma das receitas orçamentárias e extraorçamentárias equivale à soma das despesas orçamentárias e extraorçamentárias, apontando para um equilíbrio financeiro.
- Já se o resultado for maior que 1, isso significa que as receitas orçamentárias e extraorçamentárias excedem o total das despesas orçamentárias e extraorçamentárias. Nesse caso, há um superávit financeiro, em que os recebimentos são maiores que os pagamentos do período.
- Por fim, se o resultado for menor que 1, isso indica que a soma das receitas orçamentárias e extraorçamentárias é menor que a soma das despesas orçamentárias e extraorçamentárias. Isso caracteriza uma situação de déficit financeiro, em que os pagamentos excedem os recebimentos no período.

Considerando o resultado abaixo baseado nos dados apresentados no Quadro 9:

$$\text{Resultado da Execução Financeira} = \frac{\text{R\$ } 112.000,00 + 29.000,00}{\text{R\$ } 110.000,00 + 10.000,00}$$

$$\text{Resultado da Execução Financeira} = \frac{\text{R\$ } 141.000,00}{\text{R\$ } 120.000,00}$$

$$\text{Resultado da Execução Financeira} = 1,1750$$

Esse indicador sugere que, para cada 1,00 de despesa paga, houve o recebimento de 1,1750 na soma das receitas. Vale destacar que, no somatório das receitas, está incluído o valor dos restos a pagar inscritos no período. Esse mesmo valor também consta no somatório das despesas, evidenciando as despesas ainda não pagas. Além disso, ao comparar a soma das receitas com a soma das despesas, verifica-se um superávit financeiro de R\$ 21.000,00, que representa exatamente 17,50%, indicando o montante pelo qual as receitas superaram as despesas.

## 2.5. Resultado dos Saldos Financeiros

O índice do resultado dos saldos financeiros expressa a comparação entre o saldo que passa para o exercício seguinte e o saldo do exercício anterior (Secretaria do Tesouro Nacional, 2011). Essa relação permite uma perspectiva diferente do balanço financeiro, mantendo o mesmo significado (Kohama, 2015).

$$\text{Resultado dos Saldos Financeiros} = \frac{\text{Saldo que passa para o Exercício Seguinte}}{\text{Saldo do Exercício Anterior}}$$

De acordo com Kohama (2015), os resultados dos quocientes podem ser interpretados das seguintes maneiras:

- Se o valor for igual a 1, indica que o saldo que passa para o exercício seguinte equivale ao saldo do exercício anterior, refletindo um equilíbrio entre os recebimentos e os pagamentos realizados no período.
- Se o valor for maior que 1, isso indica um superávit financeiro, onde os recebimentos do exercício excedem os pagamentos realizados. Isso porque ocorre porque o saldo que passa para o exercício seguinte é superior ao saldo do exercício anterior.
- No entanto, se o valor for menor que 1, sugere-se que o saldo que passa para o exercício seguinte é inferior ao saldo do exercício anterior, identificando um déficit financeiro em decorrência dos recebimentos do exercício serem menores que os pagamentos do exercício.

Considerando o resultado abaixo baseado nos dados apresentados no Quadro 9:

$$\text{Resultados dos Saldos Financeiros} = \frac{\text{R\$ 21.000,00}}{\text{R\$ 0,00}}$$

$$\text{Resultados dos Saldos Financeiros} = 21.000$$

Esse quociente indica um saldo de R\$ 21.000,00 que passa para o exercício seguinte, comparado a um saldo de R\$ 0,00 no exercício anterior. Portanto, o saldo que passa para o exercício seguinte representa um aumento de 21.000% em relação ao saldo zero do período anterior.

## Síntese do Capítulo



Neste capítulo, explanamos sobre o Balanço Financeiro, destacando sua relevância para os fluxos de recursos disponíveis, que impactam na geração líquida de caixa e no resultado da administração financeira. Apresentamos a estrutura da demonstração, que abrange os ingressos financeiros, permitindo alocar as receitas orçamentárias e os recebimentos extraorçamentários, além dos dispêndios, que incluem as despesas orçamentárias e os pagamentos extraorçamentários. Tratamos da importância de analisar detalhadamente esse balanço, pois ele possibilita a análise da execução orçamentária, verificando a relação entre receitas e despesas orçamentárias, e a análise da execução extraorçamentária, que visa verificar o relacionamento entre as receitas e despesas extraorçamentárias. Além disso, abordamos como entender o resultado dos saldos financeiros, um indicador crucial para verificar a relação entre o saldo do exercício seguinte e o saldo do exercício anterior. Por meio dessa análise, pudemos identificar os momentos de superávit e déficit financeiro, considerando o total de recebimentos e pagamentos no período.

## Leituras, filmes e sites



Recomendamos o vídeo “CONTABILIDADE PÚBLICA PARA CONCURSOS - AULA 07 - PARTE 01/02 - BALANÇO FINANCEIRO”, do canal Prof Valmir Soares Jr, disponível no Youtube, sendo acessível através do link: [https://www.youtube.com/watch?v=7bKrIte\\_tPM](https://www.youtube.com/watch?v=7bKrIte_tPM). O vídeo apresenta a aula do Prof. Valmir Soares Jr., que aborda detalhadamente todos os aspectos relacionados ao Balanço Financeiro.

## Atividades de avaliação



1. De que forma o Balanço Financeiro auxilia na gestão do setor público?
2. Como a estrutura do Balanço Financeiro, conforme a Secretaria do Tesouro Nacional (2023), pode contribuir para a transparência na administração pública?



# Capítulo

# 4

## O balanço patrimonial e seus indicadores de análise



## Objetivos

- Descrever o conceito e a importância do Balanço Patrimonial para os órgãos e entes federativos, enfatizando a relevância da sua transparência como ferramenta essencial para a análise da situação financeira e patrimonial de uma entidade governamental;
- Elaborar o Balanço Patrimonial conforme estabelecido pelas normas legais pertinentes;
- Analisar a capacidade de solvência e liquidez da entidade do setor público, fornecendo *insights* para o processo de tomada de decisão da gestão pública;
- Avaliar o nível de endividamento dos órgãos e entes do setor público e interpretar a situação financeira, fornecendo subsídios para a formulação de estratégias para a gestão pública eficaz.

## Introdução

Neste capítulo, iremos tratar sobre o Balanço Patrimonial. Na mesma perspectiva do Balanço Patrimonial das empresas privadas, o Balanço Patrimonial voltado ao setor público visa evidenciar a situação financeira e patrimonial de um órgão e entidade do setor público. Nesse sentido, tratamos sobre a sua estrutura, a qual é organizada em quatro quadros: quadro principal, quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes, quadro das contas de compensação (controle) e quadro do superávit/déficit financeiro.

Após essa apresentação introdutória, partiremos para a apresentação dos índices que podem ser calculados com base nas informações apresentadas nos quadros citados anteriormente. Nessa perspectiva, utilizaremos os indicadores de liquidez, da composição do endividamento, do resultado patrimonial, da situação financeira e da situação permanente. Dessa forma, com a análise e interpretação desses indicadores, gestores públicos serão capazes de avaliar a situação financeira do órgão.

## 1. Propósito do Balanço Patrimonial

O balanço patrimonial engloba o ativo e passivo financeiro, além do ativo e do passivo permanente, juntamente com o saldo patrimonial e as contas de compensação, conforme estabelecido pelo art. 105 da Lei nº 4.320/64 (Brasil, 1964). De acordo com Kohama (2015), o balanço patrimonial é um instrumento essencial para a análise e interpretação dos balanços públicos, o que evidencia a necessidade de maior aprofundamento e esclarecimento na discussão sobre determinadas temáticas abordadas nesse instrumento.

O balanço patrimonial tem o intuito de demonstrar a situação financeira e patrimonial dos entes governamentais em momento específico (Lima; Diniz, 2016). Assim, a análise desse instrumento proporciona informações relativas à liquidez, em que se observa a habilidade do governo em cumprir com suas obrigações de curto prazo; a solvência, para demonstrar a capacidade de honrar com os compromissos de longo prazo; a situação financeira e patrimonial, evidenciando a composição dos ativos e passivos, tanto a curto quanto a longo prazo, além do patrimônio líquido; e a estrutura financeira, mostrando a maneira como os recursos econômicos estão sendo financiados, incluindo capital de terceiros e capital próprio. Esses detalhes são essenciais para prever a necessidade de endividamento, tratar a distribuição do fluxo de caixa e avaliar a viabilidade de captação de recursos adicionais (Lima; Diniz, 2016).

## 2. Estrutura e análise do Balanço Patrimonial

Para atender aos padrões atuais da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as estruturas das DCASPS, presentes nos anexos da lei nº 4.320/1964, foram modificadas pela portaria STN nº 438/2012 (Secretaria do Tesouro Nacional, 2023). Nesse sentido, visando atender às normas legais, o Balanço Patrimonial é estruturado da seguinte forma:

a) Quadro principal

Quadro 10

Balanço Patrimonial do Município Solstício					
ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante	34.400	-	Passivo Circulante	21.000	-

continuação do Quadro 10

Balço Patrimonial do Município Solstício					
ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalente de Caixa	20.000	-	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	4.000	-
Créditos de Curto Prazo	1.000	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	3.600	-
Estoques	13.400	-	Contas a Pagar Credores Nacionais	12.400	-
			Demais Obrigações de Curto Prazo	1.000	-
Ativo Não Circulante	59.600	-	Passivo Não Circulante	4.400	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	6.000	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	4.400	-
Imobilizado	53.600	-	Total do Passivo	25.400	-
Bens Móveis	18.600	-			
Bens Imóveis	36.000	-	Patrimônio Líquido	68.600	-
(-) Depreciação Acumulada	(1.000)		Patrimônio Social e Capital Social		-
			Resultados Acumulados	68.600	-
TOTAL DO ATIVO	94.000	-	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	94.000	-

Fonte: Adaptado de Kohama (2015).

b) Quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes;

Quadro 11

Balço Patrimonial do Município Solstício				
ATIVO			PASSIVO	
Ativo Financeiro		21.000	Passivo Financeiro	19.000
Caixa e Equivalente de Caixa		20.000	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	4.000

continuação do Quadro 11

<b>Balço Patrimonial do Município Solstício</b>				
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>	
Créditos de Curto Prazo		1.000	Contas a Pagar Credores Nacionais	12.400
Ativo Permanente		73.000	Restos a Pagar Não Processados Inscritos	1.600
Estoques		13.400	Demais Obrigações de Curto Prazo	1.000
Ativo Realizável a Longo Prazo		6.000	Passivo Permanente	8.000
Imobilizado		53.600	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	3.600
Bens Móveis	18.600		Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	4.400
Bens Imóveis	36.000			
(-) Depreciação Acumulada	(1.000)		Total do Passivo	27.000
			SALDO PATRIMONIAL	67.000
TOTAL DO ATIVO		94.000	SALDO DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	94.000

Fonte: Adaptado de Kohama (2015).

## c) Quadro das contas de compensação (controle); e

Quadro 12

<b>Balço Patrimonial do Município Solstício - Contas de compensação</b>					
<b>QUADRO DEMONSTRATIVO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO</b>					
Especificação Saldo dos Atos Potenciais do Ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação Saldo dos Atos Potenciais do Passivo	Exercício Atual	Exercício Anterior
Obrigações Contratuais	16.400	-	Obrigações Contratuais a Executar	16.400	-
Controle da Disponibilidade de Recursos	21.000	-	Execução da Disponibilidade de Recursos	2.000	-
			DDR Comprometida p/ Empenho	1.600	-
Controle da Inscrição de Créditos em Dívida Ativa	6.000	-	DDR Comprometida p/ Liquidação e Entradas Compensatórias	17.400	-
			Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Receber	6.000	-
Total	43.400	-	Total	43.400	-

Fonte: Adaptado de Kohama (2015).

## d) Quadro do Superávit / Déficit Financeiro.

Quadro 13

Quadro do superávit / déficit financeiro		
Fontes de recursos	Exercício atual	Exercício anterior
Código da fonte (Descrição da fonte)		
Código da fonte (Descrição da fonte)		
Código da fonte (Descrição da fonte)		
.		
.		
.		
Total das fontes de recursos		

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (2023).

Destaca-se que o Quadro do superávit/déficit financeiro apresenta o superávit ou déficit apurado conforme Brasil (1964).

Considerando as múltiplas abordagens metodológicas, será realizada a análise de índices relevantes ao balanço patrimonial, com base no que é exposto nos Quadros 10, 11 e 12, que detalham o Balanço Patrimonial do Município Solstício. Essa demonstração será utilizada como caso prático para demonstrar a aplicação dos indicadores relevantes aos balanços patrimoniais, conforme será apresentado adiante.

Segundo Kohama (2015), podem ser utilizados como indicadores significativos para análise e interpretação do Balanço Patrimonial os seguintes elementos: i. liquidez imediata; ii. liquidez corrente; iii. liquidez geral; iv. composição do endividamento; v. resultado patrimonial; vi. situação financeira; e vii. situação permanente.

### Saiba Mais



Artigo 105. O Balanço Patrimonial demonstrará:

- I - O Ativo Financeiro;
- II - O Ativo Permanente;
- III - O Passivo Financeiro;
- IV - O Passivo Permanente;
- V - O Saldo Patrimonial;
- VI - As Contas de Compensação.

§ 1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

§ 2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outras pagamento in-dependa de autorização orçamentária. [sic]

§ 4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que depen-dam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

§ 5º Nas contas de compensação serão registrados os bens, valores, obrigações e si-tuações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, mediata ou indireta-mente, possam vir a afetar o patrimônio.

Fonte: BRASIL. Lei nº 4.320/1964, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. 1964. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14320.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.htm). Acesso em: 19 fev. 2024.

## 2.1. Liquidez Imediata

Esse indicador estabelece a relação entre a disponibilidade imediata ou de alta liquidez que a instituição governamental possui para cada parcela de obrigação exigível no passivo financeiro (Andrade, 2016). De acordo com Bezerra Filho (2021), ele reflete a capacidade financeira da entidade de cumprir com suas obrigações de curto prazo usando somente suas disponibilidades, isto é, os recursos que possui em caixa ou bancos.

$$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Disponibilidade}}{\text{Passivo Circulante}}$$

De acordo com Kohama (2015), a interpretação dos resultados da liquidez imediata pode ser feita da seguinte forma:

- Se o valor for igual a 1, significa que a soma das disponibilidades é igual à soma do passivo circulante.
- Se o valor for maior que 1, indica que o total das disponibilidades supera o total do passivo circulante, demonstrando que os recursos financeiros disponíveis são suficientes para arcar com as obrigações de curto prazo.
- Contudo, se o valor for menor que 1, aponta que o somatório das disponibilidades foi inferior ao somatório do passivo circulante. Isso indica que os recursos financeiros estão em número inferior se comparados aos compromissos a pagar de curto prazo.

Considerando o resultado abaixo baseado nos dados apresentados nos Quadros 10, 11 e 12:

$$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{R\$ 21.000,00}}{\text{R\$ 21.000,00}}$$

$$\text{Liquidez Imediata} = 1,0000$$

Esse resultado indica uma proporção de 1,00 para 1,00 entre a disponibilidade em caixa, bancos e equivalentes de caixa e o passivo circulante. Em outras palavras, para cada unidade monetária de dívida de curto prazo, há um montante equivalente disponível em caixa e equivalentes de caixa para cumprir com essa obrigação.

## 2.2. Liquidez Corrente

O quociente de liquidez corrente permite avaliar a capacidade financeira do ente público de pagar suas obrigações de curto prazo que já estão vencidas ou próximas de vencer. Esse indicador aponta se o ente possui recursos suficientes em caixa e em créditos para cobrir suas dívidas exigíveis (Andrade, 2016).

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Segundo Kohama (2015), a interpretação dos resultados da liquidez corrente pode ser feita da seguinte maneira:

- Se o resultado for igual a 1, indica que o total do ativo circulante é igual ao total do passivo circulante, demonstrando uma situação de equilíbrio.
- Já se o resultado for maior a 1, aponta que o somatório do ativo circulante é superior ao somatório do passivo circulante. Esse resultado indica que os recursos de curto prazo disponíveis ou realizáveis dentro de um ano ultrapassam as dívidas de curto prazo.
- Por último, quando o resultado é abaixo de 1, demonstra que o ativo circulante foi inferior ao passivo circulante, mostrando que os recursos disponíveis são insuficientes para a cobertura das dívidas de curto prazo da entidade governamental.

Considerando o resultado abaixo baseado nos dados apresentados nos Quadros 10, 11 e 12:

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{R\$ 34.400,00}}{\text{R\$ 21.000,00}}$$
$$\text{Liquidez Corrente} = 1,6381$$

Esse indicador sugere que há 1,6381 unidades monetárias disponíveis para cada 1,00 de unidade de dívida de curto prazo a pagar, como fornecedores e contas a pagar. Essa relação evidencia uma situação extremamente confortável, pois há um maior quantitativo de recursos disponíveis do que dí-

vidas de curto prazo. Dessa forma, o ativo circulante disponível é capaz de cobrir todo o passivo circulante do período.

### 2.3. Liquidez Geral

Esse indicador mede a capacidade da instituição governamental de cumprir com suas obrigações financeiras de longo prazo. Ele considera os recursos que a entidade pode converter em dinheiro, tanto no curto quanto no longo prazo, para honrar com seus compromissos, independente do prazo de vencimento das obrigações (Silva, 2014).

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo (Circulante + Realizável a Longo Prazo)}}{\text{Passivo (Circulante + Não Circulante)}}$$

Conforme Kohama (2015), a interpretação dos resultados da liquidez geral pode ser feita da seguinte maneira:

- Caso o valor seja igual a 1, representa que a soma do ativo total (circulante e não circulante) é igual à soma do passivo total (circulante e não circulante).
- Quando o valor for superior a 1, indica que o total do ativo é maior que o total do passivo, os recursos financeiros disponíveis, juntamente com os bens e direitos realizáveis a longo prazo superam as obrigações de curto e longo prazo.
- Por fim, se o valor for inferior a 1, significa que a soma do ativo total é menor que a soma do passivo total, indicando que os recursos financeiros disponíveis são insuficientes para cobrir as obrigações de curto e longo prazo.

Considerando o resultado abaixo baseado nos dados apresentados nos Quadros 10, 11 e 12:

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{R\$ 34.400,00} + \text{R\$ 6.000,00}}{\text{R\$ 21.000,00} + \text{R\$ 4.400,00}}$$

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{R\$ 40.400,00}}{\text{R\$ 25.400,00}}$$

$$\text{Liquidez Geral} = 1,5906$$

A partir do cálculo e interpretação desse indicador, observa-se que há 1,5906 unidades monetárias de recursos disponíveis, considerando os valores realizáveis a curto e longo prazos, para cada compromisso a pagar, tanto de curto quanto de longo prazo. Essa constatação aponta para uma situação confortável para a entidade pública, com mais recursos disponíveis do que dívidas a pagar, o que pode ser considerado como excelente.

## 2.4. Composição do Endividamento

Esse indicador representa a proporção do endividamento total que se refere ao curto prazo sobre a composição do endividamento total. De acordo com Silva (2014), é geralmente mais vantajoso para a entidade que suas dívidas sejam de longo prazo.

$$\text{Composição do Endividamento} = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo (Circulante + Não Circulante)}}$$

Segundo Kohama (2015), os resultados podem ser interpretados das seguintes formas:

- Quando o resultado é igual a 1, significa que o valor do passivo circulante é idêntico ao valor do passivo circulante e não circulante.
- Caso o resultado ultrapasse o valor de 1, indica que o passivo circulante supera o valor dos passivos circulantes e não circulantes, esse resultado apresenta-se como impossível, pois as obrigações de curto prazo não podem superar as dívidas do total do passivo.
- Por último, quando o resultado é abaixo de 1, significa que o passivo circulante é inferior à soma do passivo circulante e não circulante. Assim, indicando que as dívidas de curto prazo são menores que o total das dívidas.

Considerando o resultado abaixo baseado nos dados apresentados nos Quadros 10, 11 e 12:

$$\text{Composição do Endividamento} = \frac{\text{R\$ 21.000,00}}{\text{R\$ 21.000,00 + R\$ 4.400,00}}$$

$$\text{Composição do Endividamento} = \frac{\text{R\$ 21.000,00}}{\text{R\$ 25.400,00}}$$

$$\text{Composição do Endividamento} = 0,8268$$

Esse indicador mostra que a dívida de curto prazo representa 0,8268 do total das obrigações no período, ou o mesmo que 82,68%. Isso evidencia que a maior parte do endividamento é de curto prazo e deve ser paga até o final do exercício seguinte. Além disso, observa-se que há disponibilidade financeira suficiente para arcar com seus pagamentos, apontando uma situação financeira saudável.

## 2.5. Resultado Patrimonial

Esse quociente deve refletir a relação entre o ativo total e o passivo total, ou seja, a comparação entre a soma dos bens e direitos e a soma das obrigações. Observa-se que o quociente revelará o resultado patrimonial, se a soma do ativo total se apresentar maior que a soma do passivo total, apontando um superávit patrimonial (Kohama, 2015).

$$\text{Resultado Patrimonial} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Total}}$$

Segundo Kohama (2015), a interpretação do resultado patrimonial pode ser realizada da seguinte maneira:

- Se o resultado for igual a 1, isso significa que a soma do ativo total corresponde exatamente à soma do passivo total.
- Já se o resultado for maior que 1, indica que o somatório do ativo total é superior ao somatório do passivo total. Dessa forma, essa situação demonstra que os bens e direitos disponíveis ou realizáveis a curto e longo prazos ultrapassam as obrigações exigíveis no mesmo período.
- Por fim, se o resultado for menor que 1, indica que o total do ativo é inferior ao total do passivo. Esse cenário comprova que os bens e direitos disponíveis ou realizáveis a curto e longo prazos são insuficientes para cobrir as obrigações exigíveis no mesmo período.

Considerando o resultado abaixo baseado nos dados apresentados nos Quadros 10, 11 e 12:

$$\text{Resultado Patrimonial} = \frac{\text{R\$ 94.000,00}}{\text{R\$ 25.400,00}}$$

$$\text{Resultado Patrimonial} = 3,7008$$

Esse quociente indica que há 3,7008 em ativo total para cada 1,00 em passivo total, isto é, a soma dos bens e direitos é 3,7008 vezes maior que a soma das obrigações. Além disso, observa-se um superávit patrimonial no exercício no valor de R\$ 68.600,00, resultante da diferença entre o ativo total e o passivo total.

## 2.6. Situação Financeira

Esse indicador apresentará o resultado da movimentação financeira de curto prazo, considerando o ativo e o passivo financeiro. Assim, o quociente

demonstrará a comparação entre a soma dos recursos financeiros disponíveis ou realizáveis a curto prazo e a soma das obrigações financeiras exigíveis a curto prazo (Kohama, 2015).

$$\text{Situação Financeira} = \frac{\text{Ativo Financeiro}}{\text{Passivo Financeiro}}$$

Kohama (2015) aponta que os resultados podem ser interpretados de distintas maneiras, como as seguintes:

- Quando o resultado é igual a 1, significa que o ativo financeiro corresponde exatamente ao passivo financeiro.
- Caso o resultado ultrapasse o valor de 1, indica que o ativo financeiro supera o passivo financeiro, apontando que há mais recursos e direitos a curto prazo do que dívidas exigíveis a curto prazo.
- Por último, quando o resultado é abaixo de 1, significa que o ativo financeiro é inferior ao passivo financeiro, revelando que os recursos e direitos a curto prazo são insuficientes para cobrir as obrigações financeiras de curto prazo.

Considerando o resultado abaixo baseado nos dados apresentados nos Quadros 10, 11 e 12:

$$\text{Situação Financeira} = \frac{\text{R\$ 21.000,00}}{\text{R\$ 19.000,00}}$$

$$\text{Situação Financeira} = 1,1053$$

Este indicador revela que para cada 1,00 de passivo financeiro, existe 1,1053 no ativo financeiro disponível para cobri-lo. Essa relação é evidenciada pelos valores registrados no ativo e passivo financeiro, onde o ativo financeiro soma R\$ 21.000,00 e as obrigações de curto prazo totalizam R\$ 19.000,00. Assim, há uma disponibilidade de 1,1053 no ativo para cada 1,00 de passivo de curto prazo, indicando um superávit financeiro para o ente público.

## 2.7. Situação Permanente

A relevância desse indicador consiste em evidenciar, por meio da relação entre a soma dos bens, créditos e valores de longo prazo e a soma das obrigações de longo prazo, o grau de endividamento de longo prazo demonstrado no balanço patrimonial. Esse quociente indica a relação entre o ativo

permanente e o passivo permanente, em que o resultado desejado é que seja superior ou igual a 1 (Kohama, 2015).

$$\text{Situação Permanente} = \frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Passivo Permanente}}$$

Segundo Kohama (2015), é possível interpretar os resultados da situação permanente de distintas formas:

- Se igual a 1, indica que a soma do ativo permanente é equivalente à soma do passivo permanente, resultando em uma situação de equilíbrio.
- Se maior que 1, significa que o total do ativo permanente é superior ao total do passivo permanente. Nesse caso, os bens e créditos permanentes superam as obrigações permanentes, culminando em um superávit na parte permanente do balanço patrimonial das entidades públicas.
- Se menor que 1, aponta que a soma do ativo permanente é inferior à soma do passivo permanente. Esse cenário mostra que os bens e créditos permanentes são insuficientes para cobrir as obrigações exigíveis após o exercício seguinte, demonstrando assim um déficit na parte permanente do balanço patrimonial.

Considerando o resultado abaixo baseado nos dados apresentados nos Quadros 10, 11 e 12:

$$\text{Situação Permanente} = \frac{\text{R\$ 73.000,00}}{\text{R\$ 8.000,00}}$$

$$\text{Situação Permanente} = 9,1250$$

O resultado revela que para cada 1,00 de passivo permanente, existem 9,1250 em ativo permanente. Isso indica que o endividamento de longo prazo é consideravelmente menor que o total de bens, créditos e valores de longo prazo da entidade governamental, o que representa uma situação patrimonial favorável.

## Síntese do Capítulo



Neste capítulo, observamos que o Balanço Patrimonial visa fornecer informações sobre a situação financeira do órgão público. Apresentamos os quadros com as devidas contas e grupos de contas que compõem essa de-

monstração contábil, permitindo uma compreensão detalhada da estrutura do Balanço Patrimonial. A análise dessa estrutura revelou a ampla gama de indicadores que podem ser extraídos a partir do Balanço Patrimonial. Utilizando inicialmente os indicadores de liquidez, a gestão pública pode obter informações valiosas sobre a capacidade da entidade em honrar seus compromissos a curto, médio e longo prazo. Além disso, ao verificar a composição do endividamento, o órgão público pode entender melhor a proporção de suas dívidas de curto prazo em relação ao total das dívidas, proporcionando uma visão clara sobre sua saúde financeira e capacidade de planejamento. Adicionalmente, os indicadores da situação financeira e da situação permanente oferecem à entidade governamental uma compreensão sobre o resultado da movimentação financeira de curto prazo, e o grau de endividamento de longo prazo respectivamente.

### Leituras, filmes e sites



Recomendamos o vídeo “Contabilidade Pública 02 - Aula 19 - Balanço Patrimonial - Análise”, do canal Roberto Weber, disponível no Youtube, sendo acessível através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=A8TmBsUsce8>. O vídeo apresenta a aula do Prof. Roberto Weber, que aborda detalhadamente todos os aspectos relacionados ao Balanço Patrimonial e a sua análise.

### Atividades de avaliação



1. Qual a importância das informações apresentadas no Balanço Patrimonial para o processo de tomada de decisão do órgão e entidade do setor público?
2. Qual é a relevância do indicador de composição do endividamento para a avaliação do perfil de dívida de uma entidade governamental?
3. Por que a análise da situação financeira é fundamental para entender a capacidade de curto prazo de uma entidade governamental em lidar com suas obrigações financeiras?



## Capítulo

# 5

# A demonstração das variações patrimoniais e seus indicadores de análise



## Objetivos

- Elaborar a Demonstração das Variações Patrimoniais conforme estabelecido pelas normas legais pertinentes;
- Identificar como as políticas públicas adotadas pelos órgãos afetam o patrimônio público por meio da análise da Demonstração das Variações Patrimoniais;
- Analisar o resultado das variações patrimoniais, que refletem a estrutura do resultado patrimonial.

## Introdução

Neste capítulo, trataremos sobre a Demonstração das Variações Patrimoniais. Essa demonstração tem sido associada à Demonstração do Resultado do Exercício, obrigatória para as empresas privadas. No entanto, este capítulo irá apresentar o propósito de elaboração dessa demonstração, que está voltado ao patrimônio público. Além disso, iremos verificar como essa DCASP é estruturada, sendo apresentadas as variações patrimoniais aumentativas e as variações patrimoniais diminutivas.

Também discutiremos os principais indicadores utilizados na análise da DVP. Em particular, nos concentraremos em dois indicadores cruciais: os ganhos e perdas de ativos e o resultado das variações patrimoniais. Este último indicador nos permitirá avaliar a situação patrimonial, destacando se houve um superávit ou déficit patrimonial no período analisado.

Ao compreender esses aspectos da Demonstração das Variações Patrimoniais, os gestores públicos serão capazes de visualizar como as políticas públicas estão impactando no patrimônio público.

### 1. Propósito da Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais é uma demonstração contábil relevante para os órgãos públicos, desempenhando uma função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), obrigatória para

empresas privadas. De acordo com o artigo 104 de Brasil (1964), “A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.”. Portanto, esse demonstrativo auxilia na análise de como as políticas públicas adotadas pelos órgãos afetam o patrimônio público.

A variação patrimonial refere-se a qualquer modificação no valor dos elementos do patrimônio de um ente público, que pode ocorrer devido à alienação, aquisição, desvalorização e perda de ativos, dívida contraída ou resgatada, depreciação, exploração e venda de bens, serviços e direitos, valorização e ganhos com ativos, amortização, benefícios previdenciários e assistenciais, transferências recebidas e concedidas, superveniência, insubsistência, ou os efeitos da execução orçamentária, mesmo que em caráter compensatório. Essas variações podem ou não impactar o resultado do exercício (Kohama, 2015).

Essas variações podem ser quantitativas ou qualitativas, diferenciando-se pelo efeito que têm nos elementos patrimoniais. As variações quantitativas provocam alterações no patrimônio líquido, enquanto as qualitativas não afetam o patrimônio líquido. Segundo relatado por Kohama (2015), as variações qualitativas alteram somente a composição específica dos componentes patrimoniais, sem impactar o patrimônio líquido. Elas representam a realização dos fatos permutativos patrimoniais.

Conforme abordado pela Secretaria do Tesouro Nacional (2011), o resultado patrimonial é uma informação crucial para a gestão fiscal da entidade pública, pois é o principal fator que impacta o crescimento do patrimônio líquido durante um determinado exercício. É um dos focos da análise do anexo de metas fiscais, que é parte integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) (Secretaria do Tesouro Nacional, 2011). Dessa forma, a avaliação da gestão governamental por meio da Demonstração das Variações Patrimoniais tem o intuito de averiguar como e em que medida as atividades operacionais da entidade pública impactaram o resultado patrimonial (Lima; Diniz, 2016).

Segundo Kohama (2015), nas instituições públicas, ao contrário das instituições privadas, a atenção está voltada para as contas patrimoniais e não para o lucro. Isso evidencia que a importância recai sobre as alterações no patrimônio, que devem ser apresentadas pela Demonstração das Variações Patrimoniais.

## **2. Estrutura e análise da Demonstração das Variações Patrimoniais**

Para a construção dessa demonstração, é necessária a utilização das classes 3 (variações patrimoniais diminutivas) e 4 (variações patrimoniais aumentativas) do PCASP (Secretaria do Tesouro Nacional, 2023).

Quadro 14

<b>Demonstração das Variações Patrimoniais do Município Solstício</b>		
<b>Variações Patrimoniais Quantitativas</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>132.600</b>	<b>112.710</b>
Tributos e Contribuições	90.000	76.500
Impostos	82.000	69.700
Taxas	8.000	6.800
Contribuições de Melhoria	0	0
Contribuições Sociais e Econômicas	0	0
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	12.000	10.200
Exploração de Bens	8.000	6.800
Exploração de Serviços	4.000	3.400
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	8.000	6.800
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos	6.000	5.100
Descontos Financeiros Obtidos	2.000	1.700
Transferências Recebidas	16.600	14.110
Transferências das Instituições Privadas	10.600	9.010
Transferências de Consórcios Públicos	6.000	5.100
Valorização e Ganhos com Ativos	6.000	5.100
Ganhos com Incorporação de Ativos por Descoberta e Nascimento	5.000	4.250
Ganhos com Alienação	1.000	850
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	0	0
Resultado Positivo de Participações em Coligadas	0	0
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>64.000</b>	<b>54.400</b>
Pessoal e Encargos	40.000	34.000
Remuneração a Pessoal	24.000	20.400
Benefícios a Pessoal	16.000	13.600
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0	0
Aposentadorias e Reformas	0	0
Benefícios de Prestação Continuada	0	0
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	23.000	19.550
Uso de Material de Consumo	8.000	6.800
Serviços	15.000	12.750
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0	0
Juros e Encargos de Mora	0	0
Transferências Concedidas	0	0
Transferências Intergovernamentais	0	0
Transferências a Instituições Privadas	0	0
Desvalorização e Perda de Ativos	1.000	850
Redução a Valor Recuperável	600	510

continuação do Quadro 14

<b>Demonstração das Variações Patrimoniais do Município Solstício</b>		
<b>Variações Patrimoniais Quantitativas</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Perdas com alienação	400	340
Tributárias	0	0
Tributos e Contribuições	0	0
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	0	0
Equalizações de Preços e Taxas	0	0
Incentivos e Premiações	0	0
<b>Resultado Patrimonial do Exercício</b>	<b>68.600</b>	<b>58.310</b>

Fonte: Adaptado de Kohama (2015).

De acordo com Kohama (2015), podem ser utilizados como indicadores, considerados relevantes, para análise e interpretação do Demonstração das Variações Patrimoniais os seguintes itens: i. ganhos e perdas de ativo; e ii. resultado das variações patrimoniais.

### 2.1. Ganhos e Perdas de Ativo

Esse indicador mostra a relação entre as variações patrimoniais aumentativas, que surgem de valorizações e ganhos com ativos, e as variações patrimoniais diminutivas, originadas de desvalorizações e perdas em ativos. Por meio desse índice, é possível verificar se houve um crescimento ou redução do patrimônio líquido (Kohama, 2015).

$$\text{Ganhos e Perdas de Ativo} = \frac{\text{Valorização e Ganhos com Ativos}}{\text{Desvalorização e Perdas de Ativos}}$$

De acordo com Kohama (2015), é possível interpretar os resultados da seguinte maneira:

- Se o valor for igual a 1, isso indica que as variações patrimoniais aumentativas, provenientes de valorização e ganhos com ativos, são equivalentes às variações patrimoniais diminutivas, decorrentes de desvalorização e perdas de ativos.
- Se o valor for superior a 1, isso significa que as variações patrimoniais aumentativas, relacionadas à valorização e ganhos com ativos, ultrapassam as variações patrimoniais diminutivas, resultantes de desvalorização e perdas de ativos. Esse cenário resulta em um aumento do patrimônio líquido, refletindo uma maior valorização e ganhos com ativos.

- Por outro lado, se o valor for inferior a 1, mostra que as variações patrimoniais diminutivas, de desvalorização e perdas de ativos, superam as variações patrimoniais aumentativas. Isso indica uma redução no patrimônio líquido.

Vejamos o resultado abaixo baseado nos dados apresentado no Quadro 14:

$$\text{Ganhos e Perdas de Ativo} = \frac{\text{R\$ 6.000,00}}{\text{R\$ 1.000,00}}$$

$$\text{Ganhos e Perdas de Ativo} = 6,0000$$

A análise desse indicador revela uma valorização e ganho com ativos de 600% e uma desvalorização e perdas de ativos de 100%, resultando em um crescimento patrimonial de 500%. Além disso, para cada 1,00 de variação patrimonial diminutiva em desvalorização e perdas de ativos houve 6,00 de variação patrimonial aumentativa em valorização e ganhos com ativos. Esse cenário é positivo para a entidade pública, pois colaborou para o crescimento do patrimônio líquido.

## 2.2. Resultado das Variações Patrimoniais

Esse quociente indica, relativamente, a estrutura do resultado patrimonial (Bezerra Filho, 2021). Ele surge da comparação entre o total das variações patrimoniais aumentativas e o total das variações patrimoniais diminutivas. A interpretação desse índice oferece outra maneira de visualizar o resultado patrimonial, sendo ele superavitário ou deficitário (Secretaria do Tesouro Nacional, 2011).

$$\text{Resultado das Variações Patrimoniais} = \frac{\text{Variações Patrimoniais Aumentativas}}{\text{Variações Patrimoniais Diminutivas}}$$

Conforme Kohama (2015), os resultados das variações patrimoniais podem ser interpretados da seguinte maneira:

- Se o resultado for igual a 1, indica que o total dos valores relacionados às variações patrimoniais aumentativas equivale ao total das variações patrimoniais diminutivas.
- Já se o resultado for maior a 1, significa que o total das variações patrimoniais aumentativas excede o total das variações patrimoniais diminutivas, refletindo um saldo positivo, isto é, um superávit na relação entre essas variações patrimoniais.

- Por último, quando o resultado é abaixo de 1, mostra que o total das variações patrimoniais aumentativas é menor do que o total das variações patrimoniais diminutivas, indicando um saldo negativo, isto é, apresenta um déficit no relacionamento entre essas duas variáveis.

Vejamos o resultado abaixo baseado nos dados apresentado no Quadro 14:

$$\text{Resultado das Variações Patrimoniais} = \frac{\text{R\$ } 132.600,00}{\text{R\$ } 64.000,00}$$

$$\text{Resultado das Variações Patrimoniais} = 2,0719$$

A interpretação desse quociente indica que foram observadas 2,0719 variações patrimoniais aumentativas para cada 1,00 de variação patrimonial diminutiva, resultando em um aumento do patrimônio líquido. Em outros termos, houve um superávit patrimonial no exercício em questão, contribuindo para o seu crescimento do patrimônio líquido.

## Síntese do Capítulo



Neste capítulo, exploramos a Demonstração das Variações Patrimoniais, destacando sua importância para o setor público e sua diferenciação em relação à Demonstração do Resultado do Exercício das empresas privadas. Tratamos sobre a relevância, uma vez que ela permite com que se visualize como o serviço público executado tem impactado no patrimônio do órgão e entidade do setor público. Além disso, analisamos a estrutura da Demonstração das Variações Patrimoniais, observando seus dois principais grupos: variações patrimoniais aumentativas e variações patrimoniais negativas. Também discutimos os principais indicadores utilizados para a análise dessa demonstração, com ênfase nos ganhos e perdas de ativos e no resultado das variações patrimoniais, que nos permitem avaliar se houve superávit ou déficit patrimonial no período. Podemos compreender que por meio dessa demonstração é possível identificar a principal causa para uma possível variação do patrimônio público da entidade governamental. O que pode auxiliar o gestor no processo de tomada de decisão quanto ao direcionamento mais eficaz dos recursos disponíveis.

## Leituras, filmes e sites



Recomendamos o vídeo “Contabilidade Pública. Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas (VPA) e (VPD)”, do canal Renato Chaves, disponível no Youtube, sendo acessível através do link: [https://www.youtube.com/watch?v=sPHDU\\_luV5g](https://www.youtube.com/watch?v=sPHDU_luV5g). O vídeo apresenta a aula do Prof. Renato Santos Chaves, que aborda detalhadamente todos os aspectos relacionados à Demonstração das Variações Patrimoniais.

## Atividades de avaliação



1. Qual é a importância da Demonstração das Variações Patrimoniais para a gestão fiscal dos órgãos públicos e como ela difere da Demonstração do Resultado do Exercício utilizada pelas empresas privadas?
2. Quais são os principais grupos de contas que compõem a Demonstração das Variações Patrimoniais e o que representam?



## Capítulo

# 6

# A demonstração dos fluxos de caixa e seus indicadores de análise



## Objetivos

- Constituir a Demonstração dos Fluxos de Caixa conforme estabelecido pelas normas legais pertinentes;
- Identificar a capacidade de gerar caixa de uma entidade governamental, oferecendo *insights* para o processo de tomada de decisão da gestão pública;
- Avaliar a capacidade da entidade em gerar resultado operacional por meio da análise de indicadores específicos da Demonstração do Fluxo de Caixa.

## Introdução

Nesse capítulo, abordaremos a Demonstração do Fluxo de Caixa, uma demonstração contábil obrigatória e relativamente nova que não estava presente nos anexos originais da Lei nº 4.320/1964. Discutiremos o objetivo dessa demonstração, que é fornecer informações sobre a capacidade da entidade de gerar fluxo de caixa.

Posteriormente, analisaremos a estrutura da Demonstração do Fluxo de Caixa, que é composta por quatro quadros: o quadro principal, o quadro de transferências recebidas e concedidas, o quadro de desembolsos de pessoal e demais despesas por função, e o quadro de juros e encargos da dívida.

Também exploraremos a importância de analisar essa demonstração em conjunto com outras. Nesse contexto, realizaremos cálculos e interpretações sobre os seguintes indicadores: representatividade do caixa operacional, indicador de amortização de dívida, e indicador da atividade operacional. Esses indicadores permitirão avaliar a eficácia do governo em gerir o caixa, verificar a capacidade da entidade de constituir caixa suficiente para arcar com seus compromissos financeiros, e analisar a contribuição das operações da entidade na geração de caixa, auxiliando no processo de tomada de decisão.

## 1. Propósito e estrutura da Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é uma demonstração contábil que se tornou obrigatória para todas as entidades governamentais que aplicam a CASP, a partir de 2015 (Bezerra Filho, 2021). Ela oferece aos seus usuários uma base para avaliar a capacidade da entidade em gerar caixa e a necessidade de utilizar esse recurso financeiro (Conselho Federal de Contabilidade, 2018a), ao apresentar as alterações de caixa, isto é, os recebimentos e pagamentos efetuados durante um determinado exercício. Dessa forma, essa demonstração evidencia as entradas e saídas de caixa, sendo útil para o processo de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão.

Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional (2023, p. 548), a Demonstração dos Fluxos de Caixa identificará:

- a. as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- b. os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis;
- c. o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Com base no exposto, fica evidenciado que essa demonstração tem como objetivo fornecer informações importantes sobre a entrada e saída de recursos financeiros geridos pelos órgãos públicos durante um determinado exercício financeiro (Bezerra Filho, 2021). Isso permite aos usuários da informação analisar, com o auxílio de outras Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, a capacidade dos órgãos e entidades governamentais de gerar e consumir caixa e equivalentes (Bezerra Filho, 2021).

Essa Demonstração do Fluxo de Caixa é composta pelo (Secretaria do Tesouro Nacional, 2023):

a) Quadro principal

Quadro 15

Demonstração do Fluxo de Caixa do Município Solstício		
	Exercício atual	Exercício anterior
<b>Fluxos de Caixa das Atividades das Operações</b>		
<b>Ingressos (I)</b>	<b>6.797.000</b>	<b>5.900.000</b>
<b>Receitas Derivadas</b>	<b>2.100.000</b>	<b>1.180.000</b>
Receita tributária	2.100.000	1.180.000
Receita de contribuições		
Outras receitas derivadas e originárias		

continuação do Quadro 15

<b>Demonstração do Fluxo de Caixa do Município Solstício</b>		
	<b>Exercício atual</b>	<b>Exercício anterior</b>
<b>Receitas Originárias</b>	<b>4.697.000</b>	<b>4.720.000</b>
Receita patrimonial		
Receita agropecuária		
Remuneração das disponibilidades		
Transferências recebidas	4.697.000	4.720.000
Intergovernamentais	4.697.000	4.720.000
da União	2.200.000	2.300.000
do Estado	2.497.000	2.420.000
<b>Desembolsos (II)</b>	<b>6.664.500</b>	<b>5.741.600</b>
Pessoal e demais despesas	6.244.500	5.361.600
Legislativo	1.230.000	750.000
Administração	1.014.500	1.111.600
Educação	1.150.000	1.075.000
Saúde	2.850.000	2.425.000
Juros e encargos da dívida	-	-
Transferências concedidas	420.000	380.000
Outros desembolsos operacionais	-	-
<b>Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Operações (III) = (I) - (II)</b>	<b>132.500</b>	<b>158.400</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>		
<b>Ingressos (IV)</b>	<b>22.800</b>	<b>15.600</b>
Alienação de bens	22.800	15.600
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos		
Transferências de capital		
<b>Desembolsos (V)</b>	<b>200.000</b>	<b>-</b>
Aquisição de ativo não circulante	200.000	
Concessão de empréstimos e financiamentos		
Outros desembolsos de investimentos		
<b>Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (VI) = (IV) - (V)</b>	<b>(177.200)</b>	<b>15.600</b>

continuação do Quadro 15

<b>Demonstração do Fluxo de Caixa do Município Solstício</b>		
	<b>Exercício atual</b>	<b>Exercício anterior</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>		
<b>Ingressos (VII)</b>	<b>200.000</b>	-
Operações de crédito	200.000	-
Integralização do capital social de empresas dependentes		
<b>Desembolsos (VIII)</b>	-	-
Amortização/Refinanciamento de dívida	-	-
Outros desembolsos de financiamentos		
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (IX) = (VII) - (VIII)	200.000	-
<b>Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (X) = (III) + (VI) + (IX)</b>	<b>155.300</b>	<b>174.000</b>
<b>Caixa e Equivalente de Caixa Inicial</b>	<b>361.000</b>	<b>187.000</b>
<b>Caixa e Equivalente de Caixa Final</b>	<b>516.300</b>	<b>361.000</b>

Fonte: Adaptado de Bezerra Filho (2021).

b) Quadro de transferências recebidas e concedidas:

Quadro 16

<b>Quadro de transferências recebidas e concedidas</b>		
<b>QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS</b>		
	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</b>		
Intergovernamentais		
da União		
de Estados e Distrito Federal		
de Municípios		
Intragovernamentais		
Outras transferências recebidas		
Total das Transferências Recebidas		

continuação do Quadro 16

Quadro de transferências recebidas e concedidas		
QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS</b>		
Intergovernamentais		
da União		
de Estados e Distrito Federal		
de Municípios		
Intragovernamentais		
Outras transferências recebidas		
<b>Total das Transferências Concedidas</b>		

Fonte: Secretaria de Tesouro Nacional (2023).

c) Quadro de desembolsos de pessoal e demais despesas por função;

Quadro 17

Quadro de desembolsos de pessoal e demais despesas por função		
QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Legislativa		
Judiciária		
Essencial à Justiça		
Administração		
Defesa Nacional		
Segurança Pública		
Relações Exteriores		
Assistência Social		
Previdência Social		
Saúde		
Trabalho		
Educação		
Cultura		
Direitos da Cidadania		
Urbanismo		
.		
.		
.		

continuação do Quadro 17

<b>Quadro de desembolsos de pessoal e demais despesas por função</b>		
<b>QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO</b>		
	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função		

Fonte: Secretaria de Tesouro Nacional (2023).

d) Quadro de juros e encargos da dívida.

Quadro 18

<b>Quadro de juros e encargos da dívida</b>		
<b>QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA</b>		
	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		
Outros Encargos da Dívida		
Total dos Juros e Encargos da Dívida		

Fonte: Secretaria de Tesouro Nacional (2023).

## 2. Análise da Demonstração do Fluxo de Caixa

A análise da Demonstração do Fluxo de Caixa deve ser feita em conjunto com as demais demonstrações contábeis para possibilitar a identificação das mudanças sucedidas no patrimônio líquido, na liquidez e solvência do ente governamental (Lima; Diniz, 2016). É importante que seja realizada a análise da Demonstração do Fluxo de Caixa ao longo do tempo, para identificar se a entidade consegue se autofinanciar ou se será necessária a realização de um financiamento externo, revelando se há ou não fragilidade ou risco financeiro para a estabilidade financeira do ente governamental (Lima; Diniz, 2016).

Segundo Lima e Diniz (2016, p. 460), as informações geradas pela Demonstração do Fluxo de Caixa, apresentadas pelo Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, fornecem uma perspectiva sobre a análise do desempenho financeiro, permitindo que o usuário da informação entenda o fluxo de caixa no sentido de:

- a. ter visão da situação das finanças públicas, possibilitando efetuar comparações entre ingressos e desembolsos por tipos de atividade (operacionais, de investimento e de financiamento), e avaliar as decisões de investimento e financiamento público;

- b. avaliar a situação presente e futura do caixa da entidade, permitindo análise de liquidez;
- c. conhecer a capacidade de expansão das despesas com recursos próprios gerados pelas operações;
- d. fazer a análise imediata da disponibilidade e do impacto da mesma nas finanças da entidade, quando da inserção de nova despesa na programação;
- e. avaliar a previsão de quando é possível contrair novas despesas sem que isso comprometa as finanças públicas. (Lima; Diniz, 2016, p. 460).

Assim, essas análises da Demonstração do Fluxo de Caixa são fundamentais para uma gestão financeira eficaz das entidades do setor público.

Segundo Lima e Diniz (2016), os seguintes índices são fundamentais para a análise e interpretação da Demonstração do Fluxo de Caixa: i. representatividade do caixa operacional; ii. indicador de amortização de dívida; e iii. indicador da atividade operacional.

## 2.1. Representatividade do caixa operacional

Esse índice apresenta o relacionamento entre o caixa gerado pelas atividades operacionais e as despesas operacionais, destacando a capacidade da entidade governamental de financiar suas atividades (Lima; Diniz, 2016). Ele avalia a eficácia do governo em constituir caixa suficiente para atender às necessidades de recursos e cobrir as despesas operacionais, evidenciando a sustentabilidade financeira das operações governamentais.

$$\text{Representatividade do Caixa Operacional} = \frac{\text{Caixa Gerado Pelas Operações}}{\text{Despesas Operacionais}}$$

De acordo com Lima e Diniz (2016), quanto maior for a relação entre o caixa gerado pelas operações e as despesas operacionais, menor será o risco financeiro, tornando o governo mais apto e resiliente diante de crises econômicas. Assim, uma proporção mais elevada entre os recursos disponíveis e as obrigações do governo indica uma situação financeira mais sólida.

Vejamos o resultado abaixo baseado nos dados apresentado no Quadro 15:

$$\text{Representatividade do Caixa Operacional} = \frac{\text{R\$ } 132.500,00}{\text{R\$ } 6.664.500,00}$$

$$\text{Representatividade do Caixa Operacional} = 0,0199$$

Esse indicador evidencia a representatividade de caixa operacional, mostrando que o caixa gerado pelas operações em relação às despesas operacionais foi de 1,99%. Isso indica que o fluxo de recursos operacionais foi suficiente para a entidade governamental financiar seus gastos operacionais, com recursos remanescentes para investimentos, financiamentos e reserva de caixa, consolidando a capacidade da entidade pública para enfrentar futuros percalços financeiros.

## 2.2. Indicador de amortização de dívida

Esse quociente aponta a proporção dos recursos gerados pelo ente governamental que são destinados ao pagamento das dívidas. Ele é o resultado da relação entre o passivo total e o caixa gerado pelas atividades operacionais (Lima; Diniz, 2016). Em outros termos, o indicador mensura a capacidade da entidade em constituir caixa suficiente para arcar com seus compromissos financeiros, revelando a eficiência na gestão da dívida.

$$\text{Indicador de Amortização de Dívida} = \frac{\text{Passivo Total}}{\text{Caixa Gerado Pelas Operações}}$$

Conforme Lima e Diniz (2016), um valor mais elevado desse indicador sinaliza um desempenho menos favorável para o ente público, pois indica a necessidade de gerar mais caixa operacional para cumprir com os compromissos da entidade. Isso ocorre porque um resultado elevado desse índice significa que o ente público necessita mais do caixa gerado pelas atividades operacionais para cobrir as obrigações evidenciadas no passivo total da entidade.

Vejam os resultados abaixo baseados nos dados apresentados nos Quadros 10 e 15:

$$\text{Indicador de Amortização de Dívida} = \frac{\text{R\$ 25.400,00}}{\text{R\$ 132.500,00}}$$

$$\text{Indicador de Amortização de Dívida} = 0,1917$$

Esse indicador apresenta a amortização de dívida, mostrando que a dívida total da entidade pública é 0,1917 vezes o caixa gerado pelas operações. Isso significa que a entidade governamental precisaria gerar um caixa equivalente a 19,17% do valor da dívida para liquidá-la totalmente. Vale salientar que a informação sobre o passivo total utilizada no exemplo foi consultada no balanço patrimonial no Quadro 10.

### 2.3. Indicador da atividade operacional

Esse indicador revela a proporção da geração líquida de caixa total resultante das atividades operacionais da entidade do setor público, calculada pela relação entre o caixa gerado pelas atividades operacionais e a geração líquida de caixa total (Lima; Diniz, 2016). Ele avalia a contribuição das operações da entidade na geração de caixa, oferecendo uma visão mais clara da eficácia operacional na constituição de recursos financeiros.

$$\text{Indicador da Atividade Operacional} = \frac{\text{Caixa Gerado Pelas Operações}}{\text{Geração Líquida de Caixa Total}}$$

Segundo Lima e Diniz (2016), um valor mais elevado desse índice revela um desempenho financeiro superior do governo, pois transparece a capacidade do ente público em constituir resultados operacionais. No entanto, se o índice apresentar uma baixa participação, expõe a dependência do ente aos recursos de terceiros.

Vejamos o resultado abaixo baseado nos dados apresentados no Quadro 15:

$$\text{Indicador da Atividade Operacional} = \frac{\text{R\$ } 132.500,00}{\text{R\$ } 155.300,00}$$

$$\text{Indicador da Atividade Operacional} = 0,8532$$

Esse indicador evidencia a atividade operacional, mostrando que a geração líquida de caixa das atividades operacionais foi menor que a geração líquida de caixa total. Isso significa que o caixa operacional não foi suficiente para cobrir os desembolsos operacionais, de investimento e de financiamento, necessitando de recursos adicionais de outras atividades.

#### Síntese do Capítulo



Neste capítulo, tivemos a oportunidade de nos aprofundarmos na Demonstração do Fluxo de Caixa. Pudemos observar que essa demonstração oferece uma base para avaliar a capacidade da entidade em gerar caixa e a necessidade de utilizar esse recurso financeiro, apresentando as alterações de caixa. Assim, sua elaboração é importante para o processo de tomada de decisão do órgão e entidade do setor público. Verificamos que a sua análise

se ao longo do tempo é importante para que a gestão consiga verificar se a entidade consegue se autofinanciar, ou se necessita de recursos externos. Ao se realizar as análises dos indicadores de “representatividade do caixa operacional”, “amortização de dívida” e da “atividade operacional”, verificamos que a representatividade do caixa operacional pode apresentar a capacidade da entidade de financiar suas atividades com recursos próprios, enquanto o indicador de amortização de dívida avalia a capacidade de pagar dívidas com o caixa gerado. Por fim, o indicador da atividade operacional mede a eficácia das operações na geração de caixa, evidenciando a sustentabilidade financeira das operações governamentais. Dessa forma, verificamos a relevância das informações extraídas dos indicadores para a gestão pública.

### Leituras, filmes e sites



Recomendamos o vídeo “Demonstração dos Fluxos de Caixa”, do canal Prof. Giovanni Pacelli disponível no Youtube, sendo acessível através do link: [https://www.youtube.com/watch?v=DV\\_vxgctous](https://www.youtube.com/watch?v=DV_vxgctous). O vídeo apresenta a aula do Prof. Giovanni Pacelli, que aborda detalhadamente todos os aspectos relacionados à Demonstração dos Fluxos de Caixa.

### Atividades de avaliação



1. Como a Demonstração dos Fluxos de Caixa contribui para o processo de tomada de decisão do gestor?
2. Considerando os índices apresentados para análise da Demonstração do Fluxo de Caixa no contexto do setor público, como a representatividade do caixa operacional, o indicador de amortização de dívida e o indicador da atividade operacional podem contribuir para a avaliação da saúde financeira e da capacidade de autofinanciamento de um ente governamental?

## Capítulo

# 7

# A demonstração das mutações do patrimônio líquido e seus indicadores de análise



## Objetivos

- Descrever a importância da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o processo de tomada de decisão da gestão pública;
- Elaborar a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido conforme estabelecido pelas normas legais pertinentes;
- Identificar o comportamento das contas contábeis que influenciam o patrimônio líquido, analisando suas variações e tendências ao longo do tempo.

## Introdução

Neste capítulo, aprofundaremos nosso conhecimento na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Essa demonstração contábil tem como objetivo apresentar a mutação do patrimônio líquido das entidades do setor público ao longo de um determinado período. Assim, evidenciaremos os itens que devem compor essa demonstração, detalhando sua estrutura, que é organizada em colunas e linhas.

Verificaremos, ainda, a importância de realizar uma análise detalhada da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Para uma análise mais completa, utilizaremos também contas presentes no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Além disso, realizaremos a análise e interpretação de indicadores importantes como a variação do patrimônio líquido, o resultado patrimonial e o impacto dos ajustes de exercícios anteriores. Esta abordagem nos permitirá obter uma visão clara e abrangente das mudanças no patrimônio líquido e seu impacto no processo de tomada de decisão dos órgãos e entidades do setor público.

## 1. Propósito da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido é obrigatória apenas para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas, sendo facultada para os demais órgãos e entidades

do setor público (Secretaria do Tesouro Nacional, 2023). Esse demonstrativo contábil apresenta as alterações ocorridas no patrimônio líquido durante o período. As mudanças do patrimônio líquido de uma entidade, observadas entre duas datas específicas das demonstrações contábeis, mostram se houve um aumento ou uma redução no patrimônio líquido ao longo daquele período (Conselho Federal de Contabilidade, 2018a).

São itens que devem ser evidenciados pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, conforme estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (2023, p. 558):

- a. o resultado do período;
- b. cada item de receita e de despesa do período que seja reconhecido diretamente no patrimônio líquido em virtude de norma específica (Ex.: aumento ou redução por reavaliação e ganhos, quando utilizada a reserva de reavaliação, ou perdas decorrentes de ajustes específicos de conversão para moeda estrangeira);
- c. os ajustes de exercícios anteriores;
- d. a destinação do resultado, como por exemplo, constituição de reservas e a distribuição de dividendos;
- f. as transações de capital com os proprietários como, por exemplo: o aumento de capital, a aquisição ou venda de ações em tesouraria, os juros sobre capital próprio e as distribuições aos proprietários;
- g. para cada item do patrimônio líquido divulgado, os efeitos das alterações nas políticas contábeis e da correção de erros.

Deve-se destacar que a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido complementa o Anexo das Metas Fiscais, que integra o Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) (Secretaria do Tesouro Nacional, 2023).

## 2. Estrutura e análise da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Para elaborar essa demonstração, é necessário utilizar o grupo 3 (patrimônio líquido) da classe 2 (passivo) do PCASP (Secretaria do Tesouro Nacional, 2023). A estrutura da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido é composta por colunas e linhas, onde as colunas representam as contas contábeis e as linhas indicam os lançamentos dessas contas. No Quadro 19, pode ser observada a composição dessa demonstração contábil:

Demonstração das Mutações sobre o Patrimônio Líquido do Município Solstício									
Especificação	Pat. Social / Capital social	Adiant. para futuro Aumento de capital	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultado Acumulado	Ações / cotas em tesouraria	Total
<b>Saldos iniciais</b>	<b>480.000</b>						<b>657.800</b>		<b>1.137.800</b>
Ajustes de exercícios anteriores							60.000		60.000
Aumento de capital									
Resgate/Reemissão de ações e quotas									
Juros sobre capital próprio									
Resultado do exercício							424.200		424.200
Ajustes de avaliação patrimonial									
Constituição/Reversão de reservas									
Dividendo a distribuir (R\$ por ação)									
<b>Saldos finais</b>	<b>480.000</b>						<b>1.142.000</b>		<b>1.622.000</b>

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (2023).

A análise da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido deve ser realizada juntamente com o Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais (Lima; Diniz, 2016). A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido especifica as modificações ocorridas nas contas que integram o patrimônio líquido. A averiguação das alterações internas do patrimônio líquido pode mostrar quanto do resultado foi empregado para expandir o capital da entidade pública ou para realizar a compensação de prejuízos e quanto foi designado para formar ou reverter reservas (Lima; Diniz, 2016).

Um método eficaz para analisar a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido é a realização da análise horizontal e vertical (Lima; Diniz, 2016). Essas técnicas permitem observar a relevância e o comportamento ao longo do tempo dos elementos que impactam o patrimônio líquido, seja por mudanças nos ativos e passivos, seja por alterações dentro do próprio patrimônio líquido (Lima; Diniz, 2016). Além disso, é possível calcular quocientes

que busquem identificar a variação do patrimônio líquido, o impacto do resultado patrimonial e o impacto dos ajustes de exercícios anteriores.

De acordo com Bezerra Filho (2021), os seguintes indicadores são considerados importantes para a análise e interpretação da Demonstração das Mutações sobre o Patrimônio Líquido: i. variação do patrimônio líquido; ii. impacto do resultado patrimonial; e iii. impacto dos ajustes de exercícios anteriores.

## 2.1. Variação do Patrimônio Líquido

É possível verificar o indicador da variação do patrimônio líquido em termos relativos e absolutos, de modo a permitir uma análise quantitativa da mudança do patrimônio líquido ao longo do tempo. Segundo Bezerra Filho (2021), o cálculo desse indicador pode ser realizado conforme as fórmulas a seguir:

$$\text{Variação do Patrimônio Líquido} = \text{Saldo Final do PL} - \text{Saldo Inicial do PL}$$

$$\text{Variação do Patrimônio Líquido} = \frac{\text{Saldo Final do Patrimônio Líquido}}{\text{Saldo Inicial do Patrimônio Líquido}}$$

Nos modelos propostos por Bezerra Filho (2021), a primeira fórmula para calcular a variação do patrimônio líquido de uma entidade pública exige a subtração do saldo inicial do patrimônio líquido do saldo final. Isso possibilita a visualização das mudanças totais do patrimônio líquido em valores monetários absolutos. Um resultado positivo significa que houve um aumento do patrimônio líquido, enquanto o resultado negativo indica uma diminuição.

Quanto à segunda fórmula, ela avalia a variação do patrimônio líquido por meio da relação entre o saldo final e o saldo inicial do patrimônio líquido. O valor resultante desse cálculo mostra a proporção do aumento ou redução do patrimônio líquido. Se o valor for superior a 1, indica que houve um aumento percentual no patrimônio líquido, enquanto um valor inferior a 1 significa que ocorreu uma redução percentual. Por fim, se o resultado for exatamente 1, isso indica que o saldo final do patrimônio líquido é igual ao inicial, mostrando que não houve alterações no patrimônio líquido durante o período analisado.

Vejamos o resultado abaixo baseado nos dados apresentado no Quadro 19:

$$\text{Variação do Patrimônio Líquido} = \text{R\$ } 1.622.000,00 - \text{R\$ } 1.137.800,00$$

$$\text{Variação do Patrimônio Líquido} = \text{R\$ } 484.200,00$$

$$\text{Variação do Patrimônio Líquido} = \frac{\text{R\$ 1.622.000,00}}{\text{R\$ 1.137.800,00}}$$
$$\text{Variação do Patrimônio Líquido} = 1,4256$$

A análise desse indicador revela que, ao aplicar a primeira fórmula, foi observado um crescimento absoluto do patrimônio líquido de R\$ 484.200,00 durante o período investigado. Já com a aplicação da segunda fórmula, que analisa os termos relativos, constatou-se que o patrimônio líquido ao final do período é 1,4256 vezes o inicial, o que representa um aumento percentual de 42,56% em relação ao valor do patrimônio no início do período.

## 2.2. Impacto do Resultado Patrimonial

O indicador do impacto do resultado patrimonial é útil para determinar qual percentual da variação do patrimônio líquido pode ser atribuído ao resultado patrimonial do período. Isso ajuda a entender a contribuição do desempenho do exercício para o aumento ou redução do patrimônio líquido. De acordo com Bezerra Filho (2021), o cálculo desse quociente pode ser realizado usando a seguinte fórmula:

$$\text{Impacto do Resultado Patrimonial} = \frac{\text{Resultado Patrimonial}}{\text{Variação do Patrimônio Líquido}}$$

No modelo proposto por Bezerra Filho (2021), para calcular o impacto do resultado patrimonial, um resultado positivo desse percentual indica que o resultado patrimonial contribui para aumentar o patrimônio líquido da entidade pública. Por outro lado, um resultado negativo demonstraria que o resultado patrimonial está contribuindo para a redução do patrimônio líquido, o que significa que a entidade pública teve prejuízo no exercício e isso impactou negativamente o seu patrimônio líquido. Se o indicador apresentar um resultado de 100%, isso significa que todo o lucro obtido pela entidade e refletido no resultado patrimonial foi intimamente responsável pelo crescimento do patrimônio líquido.

Vejamos o resultado abaixo baseado nos dados apresentados nos Quadros 14 e 19:

$$\text{Impacto do Resultado Patrimonial} = \frac{\text{R\$ 424.200,00}}{\text{R\$ 484.200,00}}$$
$$\text{Impacto do Resultado Patrimonial} = 0,8761$$

A análise desse quociente evidencia que o resultado patrimonial teve um impacto de cerca de 87,61% na variação do patrimônio líquido. Isso significa que cerca de 87,61% da variação total do patrimônio líquido da entidade pública durante o exercício é atribuída ao resultado patrimonial. Assim, observa-se que o resultado patrimonial conseguiu contribuir positivamente para a variação do PL, mas houve outros fatores que também afetaram essa variação.

### 2.3. Impacto dos Ajustes de Exercícios Anteriores

O índice de impacto dos ajustes de exercícios anteriores é empregado para calcular, em termos percentuais, a influência dos ajustes feitos em exercícios anteriores na variação do patrimônio líquido. Ele ajuda a avaliar quanto dos ajustes realizados em períodos anteriores está afetando a situação patrimonial da entidade pública. Conforme Bezerra Filho (2021), é possível calcular esse índice utilizando a seguinte fórmula:

$$\text{Impacto dos Ajustes de Exercícios Anteriores} = \frac{\text{Ajustes de Exercícios Anteriores}}{\text{Variação do Patrimônio Líquido}}$$

No modelo proposto por Bezerra Filho (2021), para calcular o impacto dos ajustes de exercícios anteriores, um impacto positivo dos ajustes de exercícios anteriores sinaliza um crescimento do patrimônio líquido da instituição pública. Em contrapartida, um resultado negativo significa uma diminuição no patrimônio líquido em virtude dos ajustes. Quanto maior o valor obtido por meio do cálculo do índice, seja um resultado positivo ou negativo, maior será o impacto dos ajustes na variação do patrimônio líquido. Um quociente de 100% expressaria que a variação no patrimônio líquido está completamente relacionada com os ajustes de exercícios anteriores.

Vejam os resultados abaixo baseados nos dados apresentados nos Quadros 14 e 19:

$$\text{Impacto dos Ajustes de Exercícios Anteriores} = \frac{\text{R\$ 60.000,00}}{\text{R\$ 484.200,00}}$$

$$\text{Impacto dos Ajustes de Exercícios Anteriores} = 0,1239$$

A análise desse indicador revela que os ajustes de exercícios anteriores representaram por volta de 12,39% da variação total do patrimônio líquido. Isso significa que 12,39% da mudança no patrimônio líquido durante o exercício investigado está relacionada aos ajustes de exercícios anteriores. Portanto, ao mesmo tempo que esses ajustes de exercícios anteriores colaboraram

para a variação do patrimônio líquido, grande parcela dessa variação (cerca de 87,61%) é atribuída a outros motivos, como o resultado patrimonial.

## Síntese do Capítulo



Neste capítulo, verificamos a importância de estudar a análise da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Constatamos que a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido é uma demonstração obrigatória apenas para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas. Além disso, apresentamos a composição das linhas e colunas que integram essa demonstração, em que as linhas representam os lançamentos e as colunas correspondem às contas contábeis. Discutimos a relevância de se analisar a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, destacando como essa análise contribui para uma compreensão mais aprofundada das mudanças no patrimônio líquido. Realizamos análises e interpretações sobre a variação do patrimônio líquido, o impacto do resultado patrimonial e o impacto dos ajustes de exercícios anteriores. Através desses indicadores, verificamos que é possível analisar as mudanças do patrimônio líquido ao longo do tempo, o impacto da variação do patrimônio no resultado patrimonial do período e a influência dos ajustes de exercícios anteriores na variação do patrimônio líquido.

## Leituras, filmes e sites



Recomendamos o vídeo “CONTABILIDADE PÚBLICA PARA CONCURSOS - AULA 09 - PARTE UNICA - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PL”, do canal Prof Valmir Soares Jr, disponível no Youtube, sendo acessível através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=wTWWR3lungc>. O vídeo apresenta a aula do Prof. Valmir Soares Jr., que aborda detalhadamente todos os aspectos relacionados à Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido voltada ao setor público.

## Atividades de avaliação



1. Para quais entidades a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido é obrigatória, e para quais é facultativa?
2. Por que é importante evidenciar os ajustes de exercícios anteriores na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido?
3. Quais informações a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido fornece?
4. Por que é importante averiguar as alterações internas do patrimônio líquido?

# Capítulo

# 8

## Notas explicativas e relatórios de análise



## Objetivos

- Identificar as informações necessárias a serem apresentadas nas Notas Explicativas;
- Descrever as diferenças entre as Notas Explicativas e os Relatórios de Análise das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público;
- Elaborar um Relatório de Análise conciso e claro, apresentando interpretações relevantes para a compreensão dos usuários da informação.

## Introdução

Neste capítulo, abordaremos as Notas Explicativas, uma Demonstração Aplicada ao Setor Público obrigatória, que deve acompanhar todas as outras demonstrações contábeis estudadas até o momento. Serão apresentadas as principais informações que devem ser evidenciadas nas Notas Explicativas, pois elas auxiliam na compreensão dos dados apresentados nos demais demonstrativos contábeis.

Além das Notas Explicativas, discutiremos os Relatórios de Análises, um documento adicional que auxilia a gestão pública, uma vez que esses relatórios fornecem análises econômico-financeiras fundamentais para o processo de tomada de decisão. Nessa perspectiva, apresentaremos as diferenças entre as Notas Explicativas e os Relatórios de Análises, especialmente no que diz respeito às informações que devem ser apresentadas e à sua estrutura.

O Relatório de Análises deve ser conciso e organizado, permitindo que os usuários compreendam claramente as análises e interpretações apresentadas. Para isso, conheceremos uma estrutura de relatório de análises sugerida por Martins, Miranda e Diniz (2020).

### 1. Notas Explicativas

As Notas Explicativas apresentam informações adicionais às apresentadas nas demais Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (Secretaria do Tesouro Nacional, 2023). Essa demonstração oferece informações

que não puderam ser detalhadas nas outras demonstrações e que são essenciais para a compreensão dos usuários da informação contábil. Ela evidencia informações de qualquer natureza (Secretaria do Tesouro Nacional, 2023). Assim, as demonstrações contábeis devem ser acompanhadas de Notas Explicativas para facilitar o entendimento sobre as informações que não foram expressamente detalhadas.

As Notas Explicativas devem ser elaboradas de forma concisa e sistemática. Para isso, a Secretaria do Tesouro Nacional (2023, p. 562) sugere que sejam apresentadas nas Notas Explicativas as seguintes informações:

a. Informações gerais:

- i. Natureza jurídica da entidade.
- ii. Domicílio da entidade.
- iii. Natureza das operações e principais atividades da entidade.
- iv. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis.

b. Resumo das políticas contábeis significativas, por exemplo:

- i. Bases de mensuração utilizadas, por exemplo: custo histórico, valor realizável líquido, valor justo ou valor recuperável.
- ii. Novas normas e políticas contábeis alteradas.
- iii. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis.

c. Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis pela ordem em que cada demonstração e cada rubrica sejam apresentadas.

d. Outras informações relevantes, por exemplo:

- i. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos;
- ii. Divulgações não financeiras, tais como: os objetivos e políticas de gestão do risco financeiro da entidade; pressupostos das estimativas;
- iii. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro;
- iv. Ajustes decorrentes de omissões e erros de registro.

Nessa perspectiva, as Notas Explicativas têm o propósito de auxiliar os usuários na compreensão detalhada das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (Secretaria do Tesouro Nacional, 2023). Elas oferecem explicações sobre as políticas contábeis adotadas, fornecem informações de suporte ou detalhamento de itens específicos das demonstrações contábeis e incluem outras informações relevantes.

## 2. Relatório de Análises

Diferentemente das Notas Explicativas, que são uma demonstração obrigatória para as entidades do setor público, o Relatório de Análise é um documento adicional com o objetivo de avaliar e interpretar os dados contábeis apresentados nas demonstrações. Enquanto as Notas Explicativas fornecem informações adicionais para esclarecer eventos contábeis ocorridos durante um período financeiro, o Relatório de Análise oferece interpretações e avaliações aprofundadas. Ele apresenta análises de tendências de longo prazo, de estrutura durante o período de análise, e indicadores de desempenho orçamentário, econômico e financeiro, proporcionando uma compreensão mais detalhada da situação e das perspectivas futuras para a gestão.

O relatório de análise das DCASP tem como objetivo detalhar a posição financeira, econômica e operacional do órgão, avaliando seu desempenho passado, presente e futuro (Martins; Miranda; Diniz, 2020). As demonstrações contábeis refletem a situação financeira atual das entidades do setor público. Portanto, a previsão do futuro financeiro é complexa e exige uma análise aprofundada dos demonstrativos anteriores e atuais. Para isso, é necessário utilizar metodologias específicas de previsão (Martins; Miranda; Diniz, 2020). Parâmetros comparativos, como as análises horizontal e vertical, e o uso de diferentes indicadores, entre outros, podem auxiliar no processo de análise e interpretação do relatório.

De acordo com Martins, Miranda e Diniz (2020), o relatório de análise deve apresentar a seguinte estrutura:

- a) **Sumário:** lista organizada e estruturada que contempla os tópicos e subtópicos abordados no relatório de análise.
- b) **Resumo executivo:** deve contemplar uma visão geral das principais informações tratadas no relatório, incluindo as conclusões obtidas a partir das análises dos aspectos orçamentários, patrimoniais e financeiros.
- c) **Introdução:** apresenta uma descrição do órgão analisado, incluindo os parâmetros utilizados e os objetivos do relatório.
- d) **Desenvolvimento:** seção na qual são apresentados e interpretados todos os indicadores utilizados na análise das demonstrações da entidade. Os indicadores devem responder aos questionamentos relacionados aos seus conteúdos.
- e) **Conclusão:** seção final, que sintetiza as principais descobertas do documento. Destaca as implicações dos resultados obtidos e apresenta recomendações a serem seguidas.

- f) **Apêndices:** seção adicional que fornece informações complementares ao conteúdo do relatório, incluindo tabelas, quadros, cópias de documentos, formulários, entre outros.

Observa-se que a estrutura do relatório de análise é fundamental para apresentar as informações de maneira clara e organizada, facilitando a compreensão e interpretação pelos usuários. Uma estrutura bem-organizada assegura que todos os aspectos importantes sejam abordados de maneira eficaz.

## Síntese do Capítulo



Neste último capítulo, exploramos o propósito das Notas Explicativas que desempenham um papel adicional ao fornecer informações suplementares que facilitam a compreensão dos dados apresentados nas demais demonstrações contábeis, os quais podem não ter sido detalhados ou evidenciados anteriormente em suas respectivas demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. Nesse contexto, enfatizamos as principais informações que devem ser destacadas nas Notas Explicativas, incluindo detalhes sobre as políticas contábeis adotadas pelo órgão. Além disso, abordamos os Relatórios de Análise como documentos adicionais para auxiliar os usuários da informação a compreenderem a situação econômico-financeira dos órgãos e entidades do setor público. Nessa perspectiva, ressaltamos a importância dos relatórios na apresentação de análises e interpretações de indicadores que são fundamentais para o processo de tomada de decisão. Além disso, discutimos a estruturação desse tipo de documento, enfatizando a necessidade de ser sistemático, conciso e claro, para que as interpretações apresentadas sejam compreendidas de forma eficaz pelos gestores públicos.

## Leituras, filmes e sites



Recomendamos o vídeo “Aula 01-Como fazer notas explicativas das demonstrações contábeis na administração pública”, do canal Gilvan Dantas, disponível no Youtube, sendo acessível através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=QKyul7EuTvA>. O vídeo apresenta a aula do professor Gilvan Dantas, realizada no Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCEPR), que trata sobre o processo de elaboração da nota explicativa na administração pública.

## Referências



ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade pública na gestão municipal**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços: Um Enfoque Econômico-financeiro**. 13. ed. Barueri: Atlas, 2023.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Abordagem Objetiva e Didática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

BRASIL. **Lei nº 4.320/1964, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. 1964. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4320.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm). Acesso em: 19 fev. 2024.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **República Federativa do Brasil**, Brasil, 2000.

CASTRO, Augusto. Jango sancionou Lei de Finanças Públicas, em vigor há 50 anos. **Agência Senado**, Brasília, 2014. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/03/24/jango-sancionou-lei-de-financas-publicas-em-vigor-ha-50-anos#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20Lei,o%20encerramento%20do%20exerc%C3%ADcio%20financeiro>. Acesso em: 29 abr. 2024.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **STN publica a 10ª edição do MCASP, mudanças valem a partir de 2024**. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC T 16.1 – Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação**. 2008a. Disponível em: [https://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2016/08/NBCT-16\\_1-a-16\\_11\\_Setor\\_P%C3%BAblico.pdf](https://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2016/08/NBCT-16_1-a-16_11_Setor_P%C3%BAblico.pdf). Acesso em: 9 fev. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis**. 2008b. Disponível em: [https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Publicacao\\_Setor\\_Publico.pdf](https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Publicacao_Setor_Publico.pdf). Acesso em: 15 fev. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis**. 2018a. Disponível em: NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Acesso em: 14 fev. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis**. 2018b.

Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP13.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2024.

KOHAMA, Heilio. **Balancos públicos: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

LIGABUE, Sirlei Fatima. **A evolução da contabilidade pública no Brasil, a partir das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público – NBR T 16**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/27204>. Acesso em: 29 abr. 2024.

LIMA, Severino Cesário de; DINIZ, Josédilton Alves. **Contabilidade pública - análise financeira governamental**. São Paulo: Atlas, 2016.

MOLTER, Lorena. **Contabilidade pública: um caminho para a promoção do desenvolvimento sustentável**. 2021. Disponível em: <https://cfc.org.br/noticias/contabilidade-publica-um-caminho-para-a-promocao-do-desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em: 9 fev. 2024.

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josédilton Alves. **Análise Didática das Demonstrações Contábeis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 4. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2011.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 10. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2023. Disponível em: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade>.

SILVA, Alexandre Alcântara da. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

SILVA, Valmir Leôncio da. **A Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Uma Abordagem Prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

## Sobra as autoras

**Hyane Correia Forte:** Doutoranda em Economia de la Empresa pela Universidad de Valladolid (UVa - Espanha). Mestra em Administração e Controladoria pelo Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria da Universidade Federal do Ceará (2020). Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Ceará (2017). Professora Formadora do curso de Ciências Contábeis na UAB/UECE e Professora Adjunta no Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Ciências Contábeis, atuando principalmente nos temas de Responsabilidade Social Corporativa, Práticas Ambientais, Sociais e de Governança, Governança Corporativa e Estrutura de Propriedade.

**Larissa Karoline Souza Silva:** Doutoranda em Administração e Controladoria pelo Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria (PPAC) na Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestra em Administração e Controladoria na Universidade Federal do Ceará (2020). Especialista em Internacional Financial Standards e Normas Brasileiras de Contabilidade (2018) pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Graduada em Ciências Contábeis (2016) pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Professora Adjunta na Faculdade Multiversa Fortaleza. Tem experiência na área de Ciências Contábeis, atuando principalmente nos seguintes temas: Responsabilidade Social Corporativa, Governança Corporativa, Diversidade e Contabilidade Financeira.

**Joelma Leite Castelo:** Doutora em Administração e Controladoria (UFC). Professora Adjunta da Universidade Estadual do Ceará (Uece). Certificação Internacional em IFRS (ACCA). Mestre em Controladoria e Especialista em Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Especialista em Normas Internacionais de Contabilidade (FIPECAFI). Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade de Fortaleza (Unifor). Tem experiência na área de Contabilidade internacional e industrial, atuando principalmente nos seguintes temas de pesquisa: desenvolvimento sustentável, qualidade da informação contábil, governança corporativa, auditoria, contabilidade de custos e gerencial.



Fiel a sua missão de interiorizar o ensino superior no estado Ceará, a Uece, como uma instituição que participa do Sistema Universidade Aberta do Brasil, vem ampliando a oferta de cursos de graduação e pós-graduação na modalidade de educação a distância e gerando experiências e possibilidades inovadoras com uso das novas plataformas tecnológicas decorrentes da popularização da internet, do funcionamento do cinturão digital e da massificação dos computadores pessoais.

Comprometida com a formação de professores em todos os níveis e a qualificação dos servidores públicos para bem servir ao Estado, os cursos da UAB/Uece atendem aos padrões de qualidade estabelecidos pelos normativos legais do Governo Federal e se articulam com as demandas de desenvolvimento das regiões do Ceará.



**UECE**

